

The Project Gutenberg eBook of Noites de insomnia,
offerecidas a quem não póde dormir. Nº 02 (de 12)

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you'll have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: Noites de insomnia, oferecidas a quem não póde dormir. Nº 02 (de 12)

Author: Camilo Castelo Branco

Release date: January 31, 2008 [eBook #24464]

Language: Portuguese

Original publication: Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira 62--Rua da Cancellia Velha--62, 1874

Credits: Produced by Pedro Saborano

*** START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK NOITES
DE INSOMNIA, OFFERECIDAS A QUEM NÃO PÓDE DORMIR.
Nº 02 (DE 12) ***

BIBLIOTHECA DE ALGIBEIRA

NOITES DE INSOMNIA

OFFERECIDAS

A QUEM NÃO PÓDE DORMIR

POR

Camilo Castello Branco

PUBLICAÇÃO MENSAL

N.º 2--FEVEREIRO

LIVRARIA INTERNACIONAL

ERNESTO CHARDRON
96, Largo dos Clerigos, 98
PORTO

DE

EUGENIO CHARDRON
4, Largo de S. Francisco, 4
BRAGA

1874

PORTO

TYPOGRAPHIA DE ANTONIO JOSÉ DA SILVA TEIXEIRA

68--Rua da Cancellia Velha--62

BIBLIOTHECA DE ALGIBEIRA

NOITES DE INSOMNIA

SUMMARIO

Aquella casa triste... (romance) -- Solução do problema historico -- Dous preconceitos -- Lisboa -- Ferreira Rangel -- As joias de um ministro de D. João 5.º no prego -- O oraculo do marquez de Pombal -- O principe perfeito -- Ave rara -- Vergonhas nacionaes -- Rancho da Carqueja -- Bom humor (resposta ao noticiarista da "Actualidade") -- Declaração.

AQUELLA CASA TRISTE...

(1872)

I

A casa grande das quinze janellas branqueja no espinhaço do monte.

As janellas fecharam-se ha seis mezes, ao mesmo tempo que duas sepulturas se abriram.

A sepultura do *Africano* que chegava ao cemiterio, quando a filha expirava; e a sepultura de Deolinda, quando o sino dobrava ainda nos funeraes do pai.

*

* *

Ao homem, que morreu n'aquella casa triste, chamavam o *Africano*.

Estou-a vendo d'aqui.

As vidraças reberveram o sol poente.

Eu, ha hoje dez annos, vi abrir os alicerces d'aquella casa.

Lidavam operarios a centenares.

Entre os alveneis estava um sujeito, na pujança dos annos, magro, macilento e tostado pelo sol da Africa.

Disseram-me que era homem muito rico, e viera do cabo do mundo, e se chamava o «Duque» por appellido, e o *Africano* por alcunha.

Avisinhei-me d'elle com o semblante risonho de cortezias para lhe perguntar como ia, em monte assim agro e ermo, fabricar edificio tão grandemente cimentado.

Respondeu que tinha em Benguela uma filha, com quem andára viajando na Suissa. E que a sua Deolinda, estanciando nas empinadas serras de S. Gothard, lhe dissera que seria feliz se morasse no topo d'uma montanha, em casa imitante de outra onde pernoitára, e d'onde vira levantar-se o sol do seu leito de neve.

E elle, pai extremoso, rico e saudoso da patria, disse á filha que, por cima da casinha onde nascera, em um outeiro do Minho, sobranceava um alto monte, golpeado de regatos que derivavam por entre arvoredos fresquissimos.

E a filha, cingindo-se-lhe ao pescoço, exclamára:

--E quando vamos?

--Irei fazer a casa no alto do monte, e depois irás tu, e levaremos para a capella os ossos de tua mãe. E eu descansarei d'esta labutação em que pude grangear mais que o preciso ao teu passadío, visto que preferes a viver em Paris uma casa nas serras de Portugal.

E sahiu de Benguela, provido de dinheiro para edificar o ostentoso *chalet* que a filha phantasiára.

Ora, os architectos do Minho, como não percebessem a planta do *Africano*, construíram-lhe um palacio aldeão, espécie de dormitorio monastico, um leviathan de granito zebrado de vidraças enormes e portas alterosas.

Perto d'alli, na outra lombada do mesmo outeiro, está o antigo solar torreado dos senhores de Farelães.

E eu que, n'aquelle tempo, me embrenhava nas ruinarias grandiosas do paço senhorial de Ruivães, a decifrar a lenda meio historica dos Corrêas de Sá nos frescos do tecto apainelado, ao perpassar pelas grossas cantarias do *Africano*, dizia entre mim: «O palacio cavalleiroso que desaba, e o palacio industrial que se levanta. Aquelle recorda as manhas epicas do peito illustre lusitano, a industria da lança que atirou da India para alli, na ponta ensanguentada, a pedraria dos reis de Chaul, de Calecut e Mombaça. Ergue-se o novo palacio para assignalar á posteridade que o peito moderno lusitano é ainda illustre e comprehendedor, differençando-se do antigo sómente no que vai entre adaga e azorrague, entre acutilar o indio pela frente, ou verberar o ethyope pelas costas.»

Mas eu não sabia se aquelle homem, tão entranhadamente pai, ameahára os seus haveres por entre os perigos do cruzeiro. Talvez que não. A riqueza não é sempre o estipendio generoso dos homens crueis. E, em corações afistulados por peçonha de cubiça--sêde execravel que se apaga em lagrimas--não cabe o exaltado e santissimo sentimento do amor paternal. Quem chora por um filho não tem olhos que vejam, enxutos, arrancar escravos dos braços de suas mães. Verdade é que os praticos d'estes ultrajes a Jesus--ser divino em que Deus se manifestou no mais elevado grau da consciencia humana--dizem que lá, nas cubatas, não ha mães, nem filhos: ha individuos

bestialmente rebanhados, e inconscientes de laços de família. Se assim é, meu Deus, porque não déstes á vossa creatura de epiderme negra o amor maternal que dulcifica as meiguices da hyena enroscada nos filhos?

*
* *

Aprumadas as paredes, delineados os repartimentos, os patins, as portas, a capella e o jardim, Duque, o *Africano*, saudoso da filha, deixou a obra em meio, e dinheiro de sobra ao seu feitor, pautando-lhe que, no prazo de doze mezes, a casa estaria feita.

E voltou a Benguela, onde tinha centenas de escravos, armazéns de café, de marfim, de gommas, e as suas vastas sementeiras sobre dez leguas circulares de terra, onde o suor da pelle fusca, porejado pelo sol a pique, era um como adubo forte, um guano de sangue estillado por entre febras vigorosas e distendidas pelo latego.

Vendeu as fazendas, enfeizou as bestas e os negros, abarrotou a galera de carregação sua, esquipou a tolda, decorou de frouxeis de sêda o camarim da filha, e proejou á patria. Parecia um dos antigos viso-reis que voltavam da India, d'uns que não se chamavam João de Castro nem Affonso de Albuquerque.

--Vale duzentos contos a carga da *Deolinda!*--diziam os amigos do *Africano*, quando as velas da galera, chamada com o nome da filha de seu dono, trapeavam bafejadas por aprazível briza.

A navegação, por perto da costa, e sempre ajudada por prosperos ventos, correu alegre e descuidosa de receios.

Deolinda deleitava-se a remirar a prata das ondas espumantes, ou, enlevada em leituras amenas, passava as tardes na tolda, em quanto não chegavam os seus amores mais queridos, as estrellas do céu e as phosphorescencias do mar.

Ella era mulata, e bella quanto cabe ser, com a face beijada por aquelles raios ardentes e o sangue escaldeado das lufadas do deserto--mulata, com as feições levemente denunciativas da raça materna, quasi tirante a esmaiado amarellido, um bem harmonisado conjuncto de graças, avantajadas ao que se diz belleza, debaixo d'este nosso céu de rostos niveos, sangue pobre, e epiderme alvacenta.

*
* *

Trasmontada a linha, e festejado o passo com descantes da maruja, o céu entrou de nublar-se, a nortada a ringir nas gaveas os silvos agoureiros, e o piloto esperto a encarar mui fito em um nevoeiro que se acastellava, sobre noite, á volta do sol esmaecido. Era em fevereiro de 1889.

Ao repontar a manhã do dia seguinte, o mar urrava acapellado, as nuvens desciam a sorver as ondas que se encurvavam, o sol apenas entreluzia frio e marmoreo na baça claridade da manhã.

Ao meio dia, o escurecer fez-se rapido e pardacento como um crepusculo de noite invernosa.

Bravejou subita furia de mar, apenas colhido o velame.

O piloto vira terra, e cobrara alento na esperança de aproar a Cabo Verde, com quanto se temesse d'aquella costa infamada de muitos naufragios, desde que portuguezes se andam á cata de ouro e opprobrio por entre os colmilhos da morte, na espada das tempestades; a braços com a ira de Deus e dos homens.

Noite alta, estrondeou no cavername da galera um como estampido de peça que detonasse dentro.

Deolinda foi colhida nos braços do pai, quando resvalava da camilha ao pavimento, com o livro das suas orações nas mãos convulsas, e o nome da Mãe dos afflictos nos labios.

--Morreremos, meu pai?!--perguntou trespassada de horror.

--Animo!--murmurou elle--abraça-te em mim, que eu não quero chorar-te nem que me chores, filha... Morreremos juntos.

Em cima estrugia a celeuma dos marinheiros, o rojar rispido das amarras, os gritos, as supplicas, os apitos, o troar da peça que pedia soccorro, e o dos trovões, que reboavam, e um relampadejar que azulava os abysmos.

E, de subito, a galera, após aquelle repellão que lhe vibrou as cavernas, quedou-se arquejante, a roçar nos espigões da restinga.

E as vagas, raivando contra aquelle estorvo, galgavam-no rolando-se, refervendo e marulhando de um bordo a outro. O porão descosia-se, bebendo e golfando jorros de agua como o monstro dos mares escalavrado pelos arpéos.

O capitão, pallido mas sereno, debruçou-se no corrimão da camara, e disse:

--Encalhou a galera, snr. Duque. É tempo de sahir a terra.

--Nenhuma esperança?--perguntou o *Africano*.

--As vidas salvam-se... talvez...

--Só?...

Perguntou o homem rico; mas aquelle monosyllabo, estrangulado na garganta, rouquejou como um arranco da vida. *Só!* Só a vida? O meu suor de quarenta annos, os meus duzentos contos de reis não se salvam? Eu hei de sahir pobre d'entre esta riqueza que é minha, que é o repouso da velhice, o patrimonio de minha filha? *Só!*

E as lanchas, balançadas no vai-vem das ondas, chofravam nos flancos do navio por entre espadanas de espuma.

Deolinda atravessou corajosa, e firmada no braço do pai, até ao portaló. O *Africano* levava no rosto um terror indescrível, e nas contorsões e visagens de afflicção a agonia da peor morte.

E ella saltou de impeto ao escaler, apenas amparada na mão de um passageiro, que lhe disse:

--Adeus...

--Não vem?--perguntou ella.

--Primeiro hão de ir as crianças, as mulheres e os velhos.

Deolinda contemplou-o alguns momentos, e amparou-se na face do pai, onde as lagrimas derivavam copiosas.

Os escaleres vararam na areia, revessados no rolo da vaga. Estavam salvos os velhos, as mulheres e as crianças.

E, logo, os remadores intrepidos que outra vez se arrostavam com a morte, viram a galera a balouçar-se entre o vagalhão, e ouviram o estralejar do cavername por sobre os clamores dos naufragos; depois, levantou-se um grande mar, e a lancha ficou para além d'essa formidável montanha; e, quando o escarcéo descahiu para solevar a barca, um momento quieta nas fauces da voragem, os mareantes já não viram da galera senão o gume da quilha, e á volta d'ella o bracejar dos agonisantes.

*
* *

Um dos que alli morreram foi aquelle que, dando a mão a Deolinda, lhe dissera: «Adeus!»

Era um homem de trinta annos, bem figurado, ares de fina raça e maneiras de cortezão, com palavras polidas e muito alheias das usuaes nos homens que viandam por aquellas paragens. Não lhe sei o nome, nem que lh'o soubera o diria. Foi-lhe tumulto o mar, como se a sorte quizesse que o seu nome se não lesse em epitaphio. Sei que elle cumprira sentença de tres annos em Angola, porque aspirára ás honras de ser rico, sem escrupulizar nos meios. Tinham-lhe dito que os seus conterraneos mais nobilitados se haviam enriquecido, trocando as riquezas da sã consciencia por outras que levam ao inferno, é verdade, mas pelas portas do paraiso das regalias d'este mundo. Via-os saborearem-se em socego dos bens mal adquiridos, sem remorso que lhes desvelasse as noites, nem injuria da sociedade que lhes pozesse ferrete na testa; ao revez d'isso elles eram a classe mais ao de cima, a gente chamada ás honras, sem desconto na estupidez nem proterva reputação, quanto á procedencia de seus bens de fortuna.

Nascimento illustre, educação primorosa em letras, e bastante descuidada em moral, pobreza repentina por effeito de demandas que o esbulharam do patrimonio, impaciencia, ruins exemplos de infames prosperados--todas estas cousas se travaram de mão para o perderem. O seu crime foi associar-se desaproveitadamente com moedeiros falsos, prestando-se a servir de passador de notas no Brazil; no acto, porém, de fazer-se á vela para lá, de um porto do archipelago açoriano, foi denunciado, preso, e condemnado.

De volta para Portugal, foi visto por Deolinda a bordo da galera de seu pai, que o tratava com desdem, senão desprezo. A filha do negreiro--negreiro no começo da vida mercantil, mas depois (bem dita seja a civilização!) philanthropo seguidor das leis humanitarias impostas pelo cruzeiro--soube de seu pai o crime do passageiro, e não se compenetrou do racional horror de tamanho delicto. Bem que o condemnado não ousasse abeirar-se dos mercadores, e menos d'ella, Deolinda usou traças de conversar com elle uma fugitiva hora de noite serena, em quanto o pai, no seu camarim, formava esquadrões de algarismos, dos quaes tirou a prova real de que os seus haveres

excediam para muito os duzentos contos que lhe attribuiam.

Desde essa hora da noite estrellada em que ella ouvira palavras nunca ouvidas, accendeu-se no coração combustivel da mulata o fogo que costuma purificar as culpas do homem amado, tanto monta que elle seja moedeiro falso, como homicida, quer negreiro, quer ladrão de encruzilhada.

E elle soube que era amado d'aquella mulher que havia de herdar muito ouro, e nem por isso lhe deu o galardão de ter descido até ao pobre estigmatisado para sempre. Nem palavra de humildade agradecida, nem de animo alvoroçado por esperança de ser, a um tempo, amado e rico. Deolinda ousou arguil-o de frio e desdenhoso. Elle explicou docemente a sua frialdade, dizendo que só havia no mundo uma mulher que não devia desprezal-o, e uma só a quem elle devesse amar sem pejo nem temor de ser repellido.

--Quem é?--perguntou ella em sobresalto.

--É minha mãe. Vou procural-a, e pedir-lhe perdão, porque puz a minha ignominia á cabeceira do seu leito de moribunda. Se a não mataram vergonhas e saudades, é porque Deus quer que eu a veja.

*
* *

Quem sabe ahi dizer o que Deus quer de nós?

O degredado, na volta da patria; alli morreu n'aquelle naufragio, depois que ajudou a salvar as crianças, as mulheres e os anciãos, despedindo-se de todos com aquelle sereno adeus que dissera á filha do *Africano*.

E Deolinda, quando soube que elle era um dos vinte e cinco cadaveres escalavrados na costa de Cabo Verde, chorou poucas lagrimas, e parecia querer romper no seio uma represa d'ellas, que lhe deliam os estames da vida.

--Estamos pobres!--exclamava o pai.

--Temos de mais para o que havemos de viver--respondia ella com uma alegre serenidade.

--Porque has de tu morrer, minha filha?--volvia elle já conformado com a desgraça.

--Porque senti ha pouco um estalo no coração, e cuidei que morria abafada. Passou esta ancia, mas sei que hei de morrer d'isto. Parece que vejo a sepultura aberta, e que o frio do cadaver me trespassa.

O pai aconchegou-a no seio, como quem aquece uma criança enregelada, e soluçou:

--Ó meu Deus! levei-me minha filha, quando eu me queixar da vossa vontade que me reduziu a esta pobreza!

II

Quando soou em Ruivães a nova de haver chegado ao Porto o *Africano*, com a filha, os homens ricos e pobres, da terra e de fóra, contribuíram com mais ou menos para se lhes fazer uma

espera de estrondo em Famalicão. Contractaram-se as bandas musicas mais em voga, ou *mais na berra*, como diziam os antigos. Parece que a phrase seiscentista foi inventada particularmente para as orchestras d'aquelles sitios, as quaes *berram* pelas suas guelas de metal, quando a paixão philarmonica as não exalta do berro ao mugido, do mugido ao urro, e do urro ao bramido. Ha alli trombetas que parecem ter assistido ao arrazar-se da Jericó da Biblia, e se reservam para tropejarem o horrendo signal da resurreição em Josaphat.

Eram quatro as philarmonicas chamadas a festejarem a entrada de Antonio Duque no concelho. A musica de Landim, famosa por seis cornetas de chaves, que executavam valsas e peças theatraes, de modo que, se Ducis as ouvisse, diria que a opera lyrica balbuciára os seus primordios entre as florestas druidicas. A banda de Fafião competia com a de Guinfões na substancia das trompas e troada das caixas. A de Ruivães avantajava-se ás tres rivaes na delicadeza das modas e sentimentalismo com que as charamelas respiravam o sopro d'aquelles musicos, cujas bochechas pareciam estar cheias de alma e castanhas assadas.

Sou um homem feliz e digno de inveja. Tenho saboreado os innocentes deleites que prodigalisam ao seu auditorio as quatro bandas musicas de Landim, Fafião, Ruivães e Guinfões. Quando algum amigo vai alegrar o ermo de S. Miguel de Seide, chamo logo a musica mais delicada, a de Ruivães; principalmente se o amigo é de Lisboa, e frequentador de S. Carlos. O senhor visconde de Castilho e seu filho Eugenio são chamados a depôr n'este processo da immortalidade que vou instaurando ao figle e á requinta, principalmente á requinta de Ruivães. Não vi o senhor visconde chorar de prazer, mas observei que s. exc.^a estava commovido quando a requinta assobiava uns guinchos estridentes da *Maria Caxuxa*.

Thomaz Ribeiro, o poeta eminente, recolhia-se ás vezes, não ao seu quarto a calafetar os ouvidos, mas ao intimo de sua alma a fazer viveiro de inspirações. Eugenio de Castilho, o poeta das phantasias louras, quer a musica de Ruivães lhe amolentasse a sensibilidade, quer os rouxinoes das ramarias lhe déssem invejas dos seus amores, fosse o que fosse, foi assaltado e vencido d'uma paixão.

Esta paixão tem uma historia. Não sei se elle tenciona escrevel-a nas suas memorias posthumas; e, assim, contal-a eu, é esbulhal-o da novidade e primazia; desconfio, porém, que o meu hospede e amigo desconhece a historia d'aquella raparigaça de cabellos de ouro e ancas boleadas que deslumbrava a duzia de moças requebradas que lhe apresentei na eira.

Chamava-se ella Amelia de Landim. Contava-se que tinha vindo para alli da roda dos expostos de Barcellos. Naturalmente, porque era linda e pobre, ou se vendera ou tinha sido vendida. Assim se disse; mas o certo foi que um filho de lavrador rico lhe dera o impulso no alto da ladeira, ao fundo da qual estava a voragem. Póde ser que a alma se abysmasse e requeimasse no fogo dos infernos por onde resvala a mulher perdida. Póde ser. Do corpo é que ella não perdera a menor belleza; nem sequer o viçor dos dezoito annos.

Teria então vinte e cinco. Não era belleza peninsular. Aquelle escarlate, os olhos azues, os opulentos cabellos louros, a pujança das fórmas, a musculatura rosada e rija, a elegancia congenita, o riso, a desenvoltura sem despejo, a graça lubrica do traje, em fim, a mulher, os arvoredos, a musica de Ruivães, nomeadamente a requinta, e em meio de tudo isto um rapaz de vinte e dous annos, poeta porque é Castilho, e ardente porque é trigueiro, e apaixonado porque é ardente, eis aqui o porquê d'aquelles amores.

Castilho carecia de um confidente com ouvidos e critica. A poesia não lhe deu para se confidenciar com os sobreiros da mata, nem me consta que elle se andasse a entalhar na cortiça iniciaes e datas.

O seu confidente foi o morgado de Pereira, ultimo senhor da honra e couto de Esmeriz, um rapaz de grande coração, que eu apresentei, no Limoeiro, a José Cardoso Vieira de Castro, que, em 5 de outubro do anno passado, morreu no degredo, para onde o acompanhou aquelle morgado. Este neto dos Ferreiras Eças, e dos remotos castellões de Riba d'Ave, é hoje em Cassengo, na Africa, negociante de café, de marfim, de gommas, de farinhas, etc. Depois de haver bandarreado vida de fausto, com muitas illusões perdidas, mas pouquissimas lagrimas, porque a desgraça lhe anda sempre a morder os tacões das botas, em dia de fieis defuntos, ajoelhava, e então chorava, no cemiterio de Loanda, defronte do cómoru onde jaz Vieira de Castro, o mais sublime desgraçado que os homens injuriaram, desde que o sol de Deus aquece condições de feras dentro dos covis que se chamam arcas do peito.

Ó meu caro morgado, estas linhas não chegam ao seu sertão, nem eu desejo que as leia, para lhe não darem rebates de saudade d'aquellas noites de 1866, quando vossê e mais o seu gentil confidente, com intervenção da lua, fallavam da Amelia de Landim, em quanto os meus queridos visconde de Castilho e Thomaz Ribeiro se embellezavam nas trovas da Custodia da Feira, que seria Hypathias, se nascesse na Grecia, ou Corina, se os amavíos de Italia lhe coassem no seio cousas mais limpas do que as coplas que a trovadora do Minho tirava do estomago em perfumes de vinho verde.

Não sei como Eugenio de Castilho sahiu de S. Miguel de Seide, pelo que respeita á alma. Lá dizia-se que Amelia, a douda, vehementemente apaixonada, iria depós elle. Eu receei o lanço de fino amor, d'onde adviriam ao meu hospede agros desgostos. Se os de Lisboa lh'a vissem, quantos rivaes, que mordentissimos ciumes! Aquillo era mulher para destinos extravagantes. Que a sentassem n'uma friza de S. Carlos! Os binoculos assestados n'ella seriam tantos como as paixões, e ao outro dia a engeitada de Landim, se não fizesse ministerios, havia de fazer muito amanuense de secretaria, e dar vazão ao estanque de muito bacharel.

Não foi: estava-lhe reservado menos brilhante, mas mais pacifico destino.

Um dia, appareceu em Landim um homem de Barcellos, procurando a mulher, que trouxera da roda dos expostos, em 1851, uma menina chamada Amelia. Vivia ainda a ama que a creára. Foi chamada a exposta á presença do homem que se

dizia portador de uma fausta nova.

Chegou Amelia, o recebeu do velho desconhecido o tratamento de *excellencia*. Cuidou-se ella ludibrio do sujeito, e riu-se ás casquinadas para lhe agorentar o prazer da zombaria.

No em tanto, o velho, composto gravemente o aspecto, disse-lhe:

--Minha senhora, não é para gargalhadas a missão que venho cumprir...

--Pois v. s.^a está a dar-me *excellencia!*--volveu Amelia.

--Dou-lhe o tratamento de seu pai e seus avós. Seu pai, o snr. Alvaro de Mendanha, antiquissimo fidalgo e representante dos alcaides-móres de Barcellos, falleceu ha tres dias com testamento, em que declara que houvera de uma sua parenta, áquelle tempo freira no mosteiro de Vayrão, uma filha, que por justos motivos expozera, assignalando-a com o nome e outras circumstancias. Acrescenta que tem noticia de existir em Landim essa menina, que elle reconhece sua filha, e a institue sua universal herdeira. É v. exc.^a por tanto a herdeira do snr. Alvaro de Mendanha.

A ama abriu a bocca e despediu um *ah* surdo, que vinha da garganta afogada pelo jubilo.

Amelia quedou-se immovel, pensativa, triste, e murmurou:

--Se meu pai sabia que eu estava aqui, porque me não levou para a sua companhia?

--Respondo, minha senhora. Quando v. exc.^a tinha dezoito annos, seu pai indagou e descobriu que a snr.^a D. Amelia estava aqui; porém, ao mesmo tempo, exactas ou inexactas informações lhe asseveraram que a senhora levava uma vida pessima, deshonorada e cheia de opprobrio. Receou, com algum fundamento, o snr. Alvaro de Mendanha que o aviltamento de sua filha desluzisse o lustre do seu nome, e por isso abafou o coração e o remorso debaixo do peso da dignidade, ou recuou diante da irrisão do mundo...

--Mas...--interrompeu Amelia--se eu estava perdida, foi porque elle me atirou ao mundo e á sorte sem amparo de ninguem...

--Tem razão, minha senhora, e foi essa mesma a razão que moveu seu pai a deixar-lhe todos os seus bens.

--Mas eu antes queria conhecel-o e ser pobre, que ser rica por morte d'elle.

--Já que não é remediavel essa nobre dôr--tornou o testamenteiro de Mendanha--receba v. exc.^a a suprema prova do arrependimento de seu pai. N'este legado dos bens está o legado do coração. Seja de hoje em diante v. exc.^a digna d'elle, já que desde esta hora os seus appellidos são dos mais illustres d'esta provincia.

N'este mesmo dia, D. Amelia de Mendanha sahiu para Barcellos, onde entrou a occultas para o palacete de seu pai, a fim de trajar luto e apparecer convenientemente aos

numerosos parentes que confluíam a desanojal-a.

Os bens eram grandes em terras e fóros. Casa antiga e solida. Alfaias do tempo de D. João V a dourarem os salões de tecto apainelado, com reposteiros brazonados. Na parte mais velha do edificio cadeiras repregadas de bronze, contadores atauxiados de prata e enxadrezados a côres, guadalmesins nas paredes, amplas mesas de pés torneados, leitos rendilhados com as armas dos Mendanhas na espalda, bufetes, jarras da India com as iniciaes de um governador de Chaul, oriundo de Mendanhas, retratos de familia a começarem em D. Gil Gutierres de Mendanha, solarengo de Barcellos. Em meio d'isto, e senhora de tudo isto, aquella Amelia de Landim, ó meu amigo Eugenio de Castilho! aquella Amelia, que sarabandeava a *cana verde*, o *Leva agua o regadinho*, e descantava umas *torradas com manteiga* que não ha ahi mais que se diga.

--Onde estava ella?

Perguntavam entre si as primas e os primos.

E diziam exactamente onde ella estivera e de que infectos paues se levantára com azas de ouro aquella borboleta sahida de tão feio casulo! Relatavam-se os pormenores da sua desgraçada vida, encareciam-se, como se fosse preciso, as deshonestidades... e visitavam-na.

Volvidos alguns mezes, tres padres, á compíta, lhe sahiram a propôr tres casamentos: rapazes, parentes, abastados ou arruinados, mas fidalgos e gentilissimos de suas pessoas.

Rejeitou-os.

Um dia, sahiu D. Amelia de Barcellos, na sua sege, apeou em Famalicão, sahiu a pé, e parou perto de Landim, á porta de um lavrador. Procurou por um homem que dava pelo nome de Antonio do Couto-de-baixo.

Sahiu a fallar-lhe no quinteiro, ou alpendre, um sujeito de trinta annos, boa figura de camponio, estupidez em barda por todo aquelle carão.

--Antonio--disse ella--conheces-me?

--A senhora, a senhora... acho que é...--tartamudeou o lavrador agadanhando no occipital.

--Sou a Amelia de Landim. Quando eu tinha 15 annos, amei-te. Era então innocente. Esperava ser tua mulher, e perdi-me. Teu pai não te quiz deixar casar commigo, porque eu era pobre. Sei que soffreste, e quizeste fugir para o Brazil, a fim de ganhares dinheiro, para depois me receberes. Eu não te deixei ir. Sabes qual foi a minha vida depois. Hoje estou rica, ainda te amo, porque foste a origem da minha desventura. Queres casar commigo? Responde.

--Quero.

--Então segue-me.

--Deixa-me ir dizer a minha mãe; que essa queria que eu casasse comtigo.

--Podes dizel-o a teu pai, que esse tambem quer agora.

E, d'ahi a momentos, o pai e a mãe sahiram ao alpendre a recebel-a, e levaram-na para o sobrado entre caricias.

Ahi pernoitou.

O velho nunca pôde desarticular os queixos da apostura do espasmo, desde que D. Amelia principiou a contar por milhares de alqueires de milho o rendimento de sua casa.

Ao outro dia, que era domingo, leram-se os primeiros banhos, e, com dispensa dos immediatos, casaram-se na igreja de Santa Maria de Abbade.

*
* *

Mas a que proposito cahiu este conto, que não tem que vêr com AQUELLA CASA TRISTE!...

Ah! foi por amor da requinta da musica de Ruivães, que está agora silvando na Barca da Trofa, á espera de Antonio Duque, o *Africano*.

III

As quatro musicas reunidas na Ponte da Trofa, depois de espavorirem os passarinhos, que, ao descer da tarde, se emboscavam nas ramarias do rio Ave, retrocederam, porque o Duque não chegou. Os promotores da festa, mandando sobraçar os feixes de foguetes de tres estouros, disseram entre si que o *Africano*, faltando á hora da espera triumphal, bem demonstrava ser filho do capador da Lamela. Outro era de parecer que o Duque, tratando de resto as pessoas que o obsequiavam, dava a perceber que não queria amigos... do seu dinheiro.

O *Africano* havia escripto de Lisboa ao seu feitor, annunciando-lhe o dia em que tencionava chegar á sua casa de Ruivães, com recommendação de lhe ter preparados os leitos e assoldadada uma boa criada para o quarto de sua filha.

Divulgou o feitor a nova, sem propalar a do naufragio, porque a não sabia. Se o homem lesse gazetas, informaria os seus visinhos do desastre de seu amo, da riqueza engolida pelas guelas da tormenta, da quasi pobreza em que ficára o naufrago, e, em fim, das piedosas lastimas com que os periodicos deploravam a catastrophe de duzentos contos grangeados honestamente. Se isto se soubesse em Ruivães, não haveria quem se afanasse em busca de musicas, competindo entre si os obsequiadores sobre qual arranjaría aquella que maiores gritos fazia dar á fama pelos buracos da requinta. Quanto ás vinte e quatro duzias de foguetes de tres estouros, que os rapazinhos de Ruivães tinham carregado até á Ponte da Trofa, é bem de vêr que ninguem se abalançaria a tamanho estrondo de generosidade, se se soubesse que o Duque não vinha em circumstancias de chorar de ternura abraçado ao peito magnanimo d'onde rabiavam tantos foguetes.

No dia marcado ao feitor, devia o *Africano* chegar á Ponte, onde era esperado; porém, apeando na estalagem da Carriça, legua e meia distante, ouviu dizer que na Trofa estava o poder do mundo, com quatro musicas, e muito fogo do ar, á espera de

um brasileiro que vinha da Africa.

Ouvido isto, Duque disse ao boleeiro que recolhesse a parelha da sege, porque resolvera sahir de madrugada.

Depois, foi contar á filha o que ouvira, e o desgosto que queria evitar no encontro de festas, tão desapropositadas da tristeza de ambos.

Deolinda, prostrada no leito, approvou a resolução do pai, queixando-se de agonias, suffocações e desmaios do coração, que mal a deixavam seguir a jornada.

Passou o pai o restante do dia e parte da noite á beira da cama, inventando com santo esforço alegrias que divertissem Deolinda da concentração que uma ou outra lagrima desafogava por momentos. Alegrias!...

Que heroismos cabem em peito de pai! Quantos ha que são supplicados por esse amor que parece vir da mão de Deus! Que maiores angustias tem esta vida, se comparamos todas á d'aquelle pai que alli estava ao pé da filha que os medicos de Lisboa lhe haviam auscultado e considerado perdida!

Mas elle, acreditando na sciencia que tem a certeza de ser lesão mortal a hypertrophia do coração, afigurava-se-lhe que a Providencia o não castigaria tão severamente, fazendo-o sobreviver ao perdimento dos bens, para depois amparar em seus braços a filha agonisante. Nunca discutira entre si se Deus era preciso, ou que parte lhe coubesse no regimento d'este mundo. São meditações estas que, em Africa, passam rapidas como o sirôco, mas não abraçam, nem obrigam as caravanas a curvar o corpo até bater com as faces nos areaes. Os que por alli veniagam, á imitação do pai de Deolinda, pensam, se acaso pensam, que a justiça do céo tem alçada em mais amenos climas, e descursa saber se lá o homem tem mais ou menos semelhança com o tigre. Porém, depois que o céo se azula e estrella, áquem da linha, e a briza refrigera o sangue, os expatriados, maiormente os ricos, não recusam crêr que ha Deus, dadas certas condições; fazem-lhe o obsequio de o conjecturar sentado á mão direita do Padre Eterno, e absorvido na perennal gloria de sua divindade, sem entender nas trivialidades d'este globo, mais pequeno que os milhares de mundos que lhe circumvalam á ourela do throno. Esta philosophia é grandiosa e barata. Cançam-se os mestres em a propagar, e todavia qualquer sandeu bem engraxado a tem espontanea na alma, como tortulho em lodaçal, sem que os philosophos lh'a inculquem. Estudem Ario, Spinosa, Renan, e outros, afóra o meu bacalhoeiro, que tem dentro de si tres philosophos, um portico, um lyceu, dentro de si, repito, porque o *si*, o *elle*, são as cedulas bancarias, a burra, que tem um nome de predestinação para aviso e escarmento de sabios que se burrificam, não querendo acabar de entender que saber, honras, regalos, respeitos, inviolabilidades, vem tudo da burra.

Succede, porém, uma vez ou outra, encrespar-se uma onda, que logo se arqueia em vagalhão, e se abre em voragem. Ahi resvala a riqueza do homem, que se arrodelára com ella das farpas do mundo. Os brilhantes impenetraveis do arnez cahiram e rolam na profundidade do abysmo. Aqui está o homem a pensar em Deus, porque está pobre, está sósinho, já

se não vê idolo dos outros e divindade de si proprio. A desgraça, que traz sempre consigo um anjo vestido no céu com uma luz que arde inextinguivel no tumulto de Silvio Pellico, assenta-se ao lado do infeliz, e começa por lhe dizer:

«Que eram esses bens da vida, se tão depressa te reduziste a esta pobreza? Olha tu para as estrellas que scintillam serenamente sobre a voragem que t'os devorou, e pede ao meu anjo que te diga o que ha d'estes milhões de mundos para além!»

Ah! quando esta voz repercute na consciencia de um pai, e ao mesmo tempo a aza da morte roça e tinge de rubor febril a face de sua filha, então sim, Deus entreluz na treva, a alma crê, mas crê para pedir de mãos erguidas. Isto é fé, é fé que relampagueia; mas eu não sei se alguma hora a razão dos grandes desgraçados foi alumuada por esse relampago.

Pelo que, assim orava o *Africano*, ás quatro horas da manhã, em pé, defronte do leito da filha adormecida.

*
* * *

Entraram na casa apalaçada de Ruivães, inesperadamente.

Quando o souberam os visinhos, um correu á igreja a repicar o sino e a sineta, outro rompeu as nuvens com girandolas, a orchestra da terra, que andava dispersa a sachar os milharaes, confluiu de galope a casa do mestre, escodeou as mãos do regato, travou dos metaes, e prorompeu estridulamente á porta do *Africano*, tocando o hymno de 20, o hymno do snr. Costa Cabral, o hymno da snr.^a Maria da Fonte, o hymno do snr. duque de Saldanha, e o do Santo Padre Pio IX.

O *Africano* sahiu á janella com sua filha, cortejou o publico, assistiu a duas mazurkas tocadas com variações de requinta, e pediu venia para recolher-se em razão de sua filha se sentir mal com o sol que lhe dava no rosto.

O publico murmurou, tregeitando uns momos significativos de menos respeito.

O feitor foi dizer a seu amo que era preciso dar de beber aos musicos, e receber a visita dos parentes e mais lavradores.

O Duque respondeu:

--Vá ahi fóra ao pateo, e diga bem alto que eu estou pobre.

--Pobre!--acudiu o feitor casquinando um riso perspicaz--Bem me fio eu n'isso! V. s.^a está a mangar!...

--Faça o que lhe digo--volveu severamente o amo.

E, de facto, o criado foi ao pateo, chamou a si os lavradores mais grados, o mestre da musica, o boticario de Délães, e o boticario de Landim, e o regedor de Vermoim, e disse-lhes:

--O ill.^{mo} snr. Duque manda-me dizer a vossemecês que está pobre.

Os circumstautes olharam uns para os outros, embrutecidos pelo mesmo choque. Um d'elles, porém, que eu presumo fosse

um dos dous boticarios, deu aos beijos um geito de quem vai orar. Encararam-o todos, e o boticario tirou do peito estas duas palavras:

--Ora bolas!

E sahiu do pateo.

Tenho esquadrinhado o melhor sentido d'aquellas palavras do attico pharmaceutico. Consultei philologos, que mais convisinham d'este sujeito, e apenas colhi que as expressões «ora bolas» montavam tanto como dizer: ora bolas.

Eu, porém, dou mais lata interpretação ao epiphonema, sabendo que todo aquelle gentio *boloirou* para casa^[1].

O *Africano*, passados seis mezes, procurou um brasileiro rico de Ninães, recentemente chegado, e disse-lhe:

--Sei que o senhor está resolvido a edificar uma casa. Se quer poupar-se a grandes despezas, incommodos e desgostos, compre-me a minha. Vendo-lh'a por metade do que me custou, com uma condição: se eu e minha filha não tivermos morrido dentro de seis mezes, serei obrigado a dar-lhe a casa no fim d'este prazo; mas, n'estes primeiros seis mezes, o senhor não poderá occupal-a.

Pedi o brasileiro explicações de tão estranha clausula.

O Duque respondeu:

--Minha filha está mortalmente enferma. Tem um aneurisma. Eu tambem me sinto no termo da vida. Vou morrendo a cada hora que a doença me deixa vêr a morte na face de minha filha. Não hei de sobreviver-lhe, se Deus me não fizer o beneficio de me levar adiante.

Consolou-o o brasileiro conforme soube, aceitou a proposta, e assignou as escripturas no dia seguinte, entregando ao vendedor alguns contos de reis.

Pagou o *Africano* as dividas contrahidas em Cabo-Verde, encerrou-se na ante-camara do quarto de sua filha, e deu-se pressa em aggravar os seus padecimentos á custa de se remirar no seu infortunio, de cortar bem dentro as fibras ainda rijas do coração, antecipando a imagem da filha morta, repulsando todo o allivio da esperança, furtando-se a todo o desafogo, matando-se com a lentidão de um desvairado que se encavernasse n'um antro, esperando sem terror a entrada da fera, e anciando-a para se lhe rasgar nas presas.

Ao quinto mez do contracto, os padecimentos de Deolinda tocaram nos extremos symptomas da morte. As hemorragias amiudaram-se. Estava já entorpecida, immovel, salvo quando arrancava do seio as aspirações, que revelavam ao través das coberturas da cama os arquejos do coração.

N'esta conjunctura, o pai estabeleceu entre si e Deus uma convenção que era já delirio precursor da demencia ou da morte: «Se ella hoje morrer, ou Deus me mata amanhã, ou, quando ella estiver sepultada, eu me matarei.»

O parochó, que sacramentára Deolinda, ouviu estas vozes, e

disse aos botões da sua batina: «Este homem está no inferno.»

Quando ficou sósinha, Deolinda chamou o pai e disse-lhe:

--Não quero ir d'esta vida, sem dizer-lhe um segredo com que não devo morrer. No meu bahú está uma caixinha de folha, que o mar lançou á praia, depois do naufragio. Levaram-me em Cabo-Verde esta caixinha, cuidando um marujo que fosse minha. Abri-a, e vi que encerrava cartas de uma mãe muito extremosa para seu filho. O filho era aquelle rapaz que vinha do degredo, e salvou os velhos, e as crianças, antes de morrer. A mãe, que lhe escrevia, diz-lhe em algumas cartas que tem sentido as angustias da fome. Chama-se ella... Meu pai lhe verá o nome e a terra onde vivia... Se tiver morrido, feliz d'ella. Se ainda viver, meu pai, mande-lhe como esmola o que ficar do meu espolio, e diga-lhe que eu... lhe amei o seu infeliz filho... até morrer... por elle!...

--Cumprirei a tua vontade, minha filha--respondeu o pai.

*
* *

Ditas aquellas palavras, o *Africano* encarou na filha com a fixidez torva de um amaurotico. Depois, como se sentisse dobrar sobre os joelhos, sabiu da alcova, atirou-se como ebrio para o leito, e murmurou estas vozes:

--Meu Deus! morro por amor de minha filha, e ella... morre por outro... Bem podia consentir a desgraça que eu morresse sem este desengano... Vinte annos a adorar esta filha, um anno a agonisar ao pé da sua agonia... e a final ouço-lhe dizer que morre por um homem... que não era seu pai...

Escabujou em ancias muito afflictivas, pedindo a Deus com dilacerante esforço que lhe abreviasse o transe. Rompeu em soluços; e, suffocado pelo choro ou por um golfo de sangue, arrancou da vida n'um estremecimento instantaneo.

Deolinda ouviu o murmurio rouco d'esta convulsão da morte, e voltou a face para onde suppunha que estava o pai.

Chamou-o. Sentou-se no leito com supremo esforço. Tangeu a campainha. Acudiu a criada, a quem ella pediu que lhe dêsse o seu vestido. Foi nos braços da criada á sala contigua, onde o pai tinha o seu leito. Dobrou-se sobre o peito d'elle, colhendo-lhe nos labios um halito ainda quente, como vestigio da alma que passára queimando as fibras por onde abrira a fuga do seu inferno.

--Morto!--bradou ella, golfando-lhe no seio o derradeiro sangue.

Transportada ao canapé fronteiro, alli se quedou empedernida. Não houve rogos que a tirassem de lá. Viu amortalhar o cadaver de seu pai, viu-o sahir no esquife para ser depositado na capella da casa, ouviu o ultimo dobre da sepultura; e então, comprimindo o seio esquerdo com ambas as mãos, invocou a compaixão da Virgem Santissima, e expirou.

*
* *

Lá está em cima aquella casa triste... O brasileiro, que a

comprou, não a quiz habitar. As janellas nunca mais se abriram. O vestido, que despiram do cadaver de Deolinda, pende ainda da espalda do canapé em que ella morreu.

^[1]Não se procure *boloirar* nos dictionarios, em quanto os dictionaristas ignorarem a linguagem popular do classico povo do Minho e Traz-os-Montes. Lá, fazer rolar uma bola, é *boloirar*.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA HISTORICO(!)

Snr. redactor das NOITES DE INSOMNIA.

Conseguiu vossê que eu adormecesse antes de lêr a terceira sentença a favor d'el-rei D. Sebastião. Muito obrigado a vossê e aos tres papas.

Aquelle D. Sebastião que em 1630, com 76 annos de idade, tinha uns filhos, que ninguem depois conheceu, seria causa a eu descrer da authenticidade das sentenças, se não soubesse que santo Isidoro, arcebispo de Sevilha, o prophetisou assim, tal e quejando, com filhos, netos e bisnetos, um dos quaes afianço a vossê que não sou eu.

Palavras de santo Isidoro: *Muitos filhos e filhas terá o Encoberto de legitimo matrimonio, e sempre seus descendentes, uns depois dos outros, reinarão pacificamente (não diz o santo onde se passa esta reinação); e o sceptro sagrado do temporal será administrado e regido por elles; e a final, fazendo-se pagens do povo, tornarão do deserto.*

Não ha nada mais claro. Os descendentes de D. Sebastião, voltando do deserto, serão pagens do povo. Por «pagens do povo» percebo eu que o vidente de Sevilha queria fallar nos demagogos d'este paiz, nos oradores do Casino, no Guerra Junqueiro, nos redactores do *Diario da Tarde*, no Eça e no Ortigão, nos satanicos, e nos mais socialistas sobre quem pesam o gladio do Zêzere, os pés do conselheiro Arrobas e o redenho do conselheiro Viale. Os descendentes do Encoberto vem, pelos modos, a ser aquelles. Quanto a virem do deserto, como resa a prophecia, é obvia a interpretação. «Deserto» aqui, entende-se o conteúdo pelo continente. Veja se me percebe. Deserto é o vasio da algibeira. Isto percebe vossê bem. Um homem está no deserto quando não tem no bolso a voz que clama no mesmo. Deserto é estar homem só como succede a toda a pessoa que não tem

Aquillo com que mais se accende o engenho,

como disse um a quem o predilecto dos tres papas mandou dar 15\$000 reis por anno em paga de ter perdido um olho em Africa e ter feito os *Lusiadas* na India.

Já vê vossê que, por este lado, as sentenças dos tres bispos de Roma são invulneraveis. D. Sebastião, com toda a certeza, de quinze em quinze annos, ia até Roma mostrar ao papa que

tinha uma perna maior que a outra, um tufo de pello no hombro esquerdo, o joanete no dedo mendinho, e um dente de menos na queixada de baixo. Quando lá foi aos 76 annos, aposto que já não tinha dente nenhum.

Os documentos pontificios que vossê apresentou resistiriam á critica de João Pedro Ribeiro e Theophilo Braga. Este sabio e vossê são os dous homens que n'este seculo tem achado as melhores peças historicas. Vossê achou as sentenças a favor do Encoberto; o doutor Theophilo achou a carta de Ayres Barbosa a André de Rezende. Eu achei a vossês, os dous, dous odres de sciencia em que espero exercitar o meu intellecto como os touros exercitam a força nos ôdres de vento. Creio que está dada a solução do problema historico. Mande-me o premio pelo portador. E quando achar outra cousa, com esse faro de Herder que Deus lhe deu, abra torneio aos talentos, e faça invejas ao Theophilo a vêr se elle descobre agora a resposta de André de Rezende a Ayres Barbosa.

Entreguei o premio, antes que venha outra carta mais insensata. N'este paiz quem, como Theophilo Braga e eu, achar alguma cousa, está perdido.

DOUS PRECONCEITOS

O primeiro, é dizer-se que, no governo absoluto, as condecorações, os fóros de fidalguia e os tratamentos eram judiciosamente dados e com muita parcimonia a quem os merecia.

*
* *

O segundo, é dizer-se absolutamente que a mudança do regimen politico de 1834 empobreceu de repente os fidalgos, esbulhando-os dos seus rendimentos provindos de privilegios, encargos, commendas, etc.

*
* *

Quanto ao primeiro preconceito, ouça-se o depoimento de um notavel fidalgo, que estudou cincoenta annos, e meditou dezeseite nas lobregas cavernas da Junqueira. Era D. João José Ansberto de Noronha, conde de S. Lourenço, que morreu em 1804, com 79 annos de idade. No penultimo anno de sua vida, escreveu a sua ultima obra, que ainda não sahiu das gavetas avarentas dos curiosos de manuscriptos, e intitulou-a *Apontamentos politicos*.

Seja o conde de S. Lourenço quem impugne a arguição injusta que se faz ao governo representativo, doestando-o de perdulario de titulos e nobilitações. Observe-se que o fidalgo escrevia em 1803, e que as ultimas linhas d'este trecho do seu escripto são uma prophecia; que, n'aquelle tempo, a raros

espiritos se prefiguravam idéas de liberdade, e menos ainda aos que haviam de ser apeados por ella do pedestal de sete seculos.

Eis a passagem que tem por epigraphe--*Dos ennobrecidos*:

«Os serviços ordinarios, e por assim dizer materiaes, pagam-se com dinheiro, que se tarifa como qualquer salario, á proporção do trabalho. Os serviços relevantes, isto é, os que são feitos com perigo de vida, com força de engenho, ou com espirito de patriotismo, e de que resultam grandes vantagens ou de facto, ou de exemplo, pagam-se com signaes honorificos, com distincções, e com titulos, porque se julga, que não tendo preço, se não podem remunerar senão com honras. E segue-se d'isto, que a moeda mais preciosa do thesouro do soberano é a faculdade de distinguir e honrar, porque alcança com ella o que não póde comprar com dinheiro. Mas se ha facilidade em conceder honras, se se alcançam sem sacrificios, nem habilidade, n'esse caso todos as querem, muitos as conseguem, e ninguem fica contente; uns porque querem mais, outros porque ainda não tiveram, e outros que as tem por seus justos cabaes, porque se acham confundidos na inundação dos nobres de *acaso*. As consequencias são, que as distincções deixam de o ser, porque se fazem geraes; que empobrece o thesouro politico do soberano, porque a moeda mais preciosa perde o seu valor, e que se perde o espirito da gloria, porque os individuos vem a achar por fim mais vantagens em buscar conveniencia, do que signaes, que pela sua multiplicidade, e modo por que se alcançaram vieram a ser de estimação incerta.

«Com effeito tem-se vulgarizado as honras, não só á força de concessões avulsas, mas até de tarifas. Na divisão das tres ordens militares deram-se tantos habitos de S. Thiago, que apesar de ser uma ordem tão respeitavel, já ninguem a quer. Concedea-se o fôro de fidalgo a quem no emprestimo real entrasse com porções avultadas, sem embargo de ficar ganhando juros. Concedeu-se o mesmo fôro a quem lavrasse certa porção de sêda para vender. Os officiaes de secretaria, cujo numero tem crescido tanto, tem o habito de Christo no primeiro anno de serviço, e o fôro de escudeiro no decimo. Os officiaes do erario tem o habito de Christo, etc., etc., etc.

«Esta quantidade de tarifas em muito poucos annos reduz os tres milhões de habitantes a tres milhões de nobres: n'este caso a maior distincção, que póde haver, é não ser nobre; e o modo de a conseguir é não servindo o estado de modo nenhum. Parecerá isto um paradoxo, mas a experiencia já vai mostrando que o não é.

«As leis do tratamento já não tem vigor, e a arrogação de senhorias, e excellencias é geral.

«É da maior difficuldade achar gente para trabalhar, e tanto que no anno de 1801 querendo-se expulsar os gallegos em razão da guerra, não se fez porque o intendente geral da policia representou, que se se mandassem embora, não haveria quem servisse a cidade de Lisboa e a do Porto.

«Se um corpo de nação não póde passar sem tomar criados estrangeiros, não para as artes, mas para o serviço ordinario,

ou é a nação mais fidalga do mundo, ou a mais paralytica, e em todo o caso a que mais velozmente corre para o systema da igualdade, e que mais velozmente se afasta da monarchia.»

Até aqui o descendente de el-rei D. Fernando no que respeita á prodigalidade das mercês. Agora, pelo que é da pobreza dos fidalgos, cumpre saber que a maioria das casas titulares de primeira plana já principiava a esboroar-se no principio d'este seculo. O golpe da extincção das commendas pouco sangue já encontrou nos corpos dos commendadores. Se ainda no *Torneio real* de 1795, escripto pelo senhor de Pancas, encontramos trinta e dous fidalgos pompeando as galanices da Asia, indaguemos hoje a paragem dos netos d'esses homens, que eram os primeiros nomes de Portugal. Onde estão os haveres do conde de Aveiras? o grande patrimonio do marquez de Abrantes? de Lavradio? de José Telles da Silva? do marquez de Angeja? do de Ponte de Lima? do conde da Ega? do de Obidos? do marquez de Nisa? do de Penalva? do conde de S. Lourenço? do visconde de Barbacena? do marquez de Tancos? do conde de Sabugal? Estes eram do numero dos trinta e dous fidalgos que resplandeceram nas cavalhadas no anno de 1795 para festejar o nascimento do principe D. Antonio. E dos restantes, exceptuada a casa de Cadaval, com pesar de ss. exc.^{as}, força é declarar que não ha ahi barão moderno que lhes inveje a riqueza.

A santa casa da Misericordia de Lisboa abre-nos o seu livro de creditos, no anno de 1813, e mostra-nos a voragem da parte ainda hypothecavel dos bens d'esses fidalgos que, em nossos dias, vimos inteiramente desbaratados. Entre 1813 e 1833 rodaram vinte annos, e a ladeira que resvalava os dissipadores á voragem era cada vez mais escorregadia. O proprio conde de S. Lourenço, que presentira o naufragio da nobreza, levada a pique pela rajada da liberdade, não educou seus filhos melhormente que os seus iguaes em fidalguia, e desiguallissimos em intelligencia. Se elle anteviu a borrasca, devera colher as velas á nau, que se desmantelou, como as outras norteadas por palinuros, ignorantes e cegos.

Na lista dos devedores á Misericordia, encontramos algum raro fidalgo, cuja casa se teve no balanço, e hoje mantém o antigo luzimento. Esse tal achal-o-hemos acostado á restauração liberal de 1833, e quinhoeiro, por tanto, das regalias que auferiram os parciaes do imperador. No entanto, dos que serviram a liberdade, houve d'elles que nem assim lograram reparar as ruinas.

O leitor curioso poderá estremal-os na seguinte lista:

A casa de Rezende devia á Misericordia de Lisboa com vencimento de juros, no dia 8 de março de 1813	9:991\$509
A de Ponte de Lima	1:270\$442
A de Abrantes	8:978\$105
A de Tancos	11:750\$000
A de Lourical	9:600\$000
A de Obidos	101:490\$899 ^[2]
A de S. Vicente	4:000\$00
A de Soure	21:080\$698

A de Borba	1:278\$154
A de Pombeiro	18:508\$500
A de Coculim	9:400\$000
A de Loulé	5:715\$494
A de Lavradio	11:700\$000
A de Unhão	4:655\$011
A de Vidigueira	353\$128 ^[3]
A de Alorna	40:665\$011
A de Atouguia	3:989\$115
A de S. Miguel	10:295\$565
A de Tavora	7:289\$433 ^[4]

Seguem-se Antonio Telles da Silva, D. Antonio Soares de Noronha, o conde de Alvor, dos Arcos, de José Felix da Canha, de D. Diniz d'Almeida, de D. Luiz de Portugal da Gama, de D. Rodrigo Xavier Pedro de Sousa, e outros, perfazendo 340:359\$700.

O empregado da secretaria da Misericórdia, que passou a certidão n'aquelle mesmo anno de 1813, acrescenta de lavra sua: «Alguns d'estes capitaes se consideram perdidos, porque os devedores tem provisões com tempo illimilado, e não possuem bens livres. Ha outros litigiosos e duvidados pelos devedores; de sorte que são muito poucos os que se podem manifestar como liquidos.»

Por onde se conclue que a minguada fortuna dos pobresinhos cahira em honradas mãos! Eu, contra o parecer do escripturario, creio que os fidalgos, menoscabados de insolueis, pagaram todos com mais ou menos pontualidade; e, se não pagaram, desculpe-se-lhes o começarem a misericórdia por si.

Eu sei que os fidalgos do *acaso*, como acima lhes chama o conde de S. Lourenço, se rejubilam de ter estirado as camadas do seu lodo por cima dos honrosos vestigios dos outros. Ouso, porém, a liberdade de lembrar a suas excellencias que a tradição da raça e as pêas dos vinculos conservaram através dos seculos os nomes historicos; ao passo que estes adventicios afidalgados, á falta do vinculo que os tenha alguns seculos pendurados no esgalho do tronco velho, bem póde ser que se estejam desentranhando em filhos para futuras tripeças.

Se assim fôr, que Deus os faça sapateiros engenhosos, para que a comedia humana não seja de todo em todo ridicula e inutil ás artes.

[2] O palacio d'esta familia foi comprado ha pouco pelo rei, e dado a uma senhora d'esta casa aia do principe.

[3] O fallecido marques de Nisa succedera na posse de duas riquissimas casas, a de Vidigueira e a de Cascaes. O Paul, vastissima propriedade vendida ao capitalista Eugenio de Almeida, havia sido dado por D. João I a João das Regras, ascendente dos senhores de Cascaes. O marques morreu pobre. Deixou dous nobilissimos filhos: um é aprendiz de negociante no Brasil, o outro tem um engenho de fazer cigarros depois de ter tido perto de Paris um restaurante, em que era caixeiro um filho de José Estevão. Ó Vasco da Gama!... Ó Demosthenes lusitano!

[4] Estas quatro ultimas casas estão ementadas na lista como extinctas.

LISBOA

Ha mais de dous seculos que um viajante francez de grande qualidade esteve em Lisboa. Volvidos trinta annos, o filho do companheiro de viagem d'esse incognito senhor mandou imprimir em Hollanda as viagens que seu pai escrevera, e deu este titulo ao livro: *Voyages faits en divers temps en Espagne, en Portugal, en Allemagne, en France et ailleurs. Par Monsieur M. **** A Amsterdam, MDCC.*

Entraram os viajantes em Lisboa, no dia 18 de maio de 1669. Em sete paginas de oitavo pequeno esgotaram as impressões que Portugal lhes suggeriu; mas não nos detrahiram nem calumniaram. D'essas sete paginas, provavelmente desconhecidas ao commum dos leitores, a substancia é esta:

«Lisboa é muitissimo povoada, pois que todas as nações alli trazem gente, sendo muita a mourisma que lá é escrava, e procede de Guiné. As liteiras são mais que as carroças; mas são magnificas. E, porque a cidade se fórma de outeiros, o que mais se usa são cavallos e mulas. As igrejas são acedissimas e formosas. Os portuguezes andam armados de espada e punhal.

«São os portuguezes mais ciosos de suas esposas que os hespanhoes. As mulheres sahem de casa menos vezes que as de Madrid: o que faz que lá se diga que ellas vão á igreja tres vezes no anno: baptisar-se, casar-se e enterrar-se.

«É notório que o marido, apenas suspeita do proceder da mulher, trata logo de a esfaquear; d'onde lhes urge a ellas estarem muito de sobreaviso, e haverem-se com grande precate no logro dos maridos, vingando-se assim da escravidão em que vivem.

«Sobre a tarde, fomos vêr o convento da Esperança onde a rainha esteve encerrada seis mezes^[5] quando deixou o rei que está na ilha Terceira, a trezentas leguas distante de Lisboa. D. Pedro, seu irmão, governa actualmente, e casou com a cunhada, filha do fallecido principe de Nemours da casa de Saboya. Ella vai ao conselho, e assiste com o marido ás audiencias. D. Pedro não quiz ainda ir ao paço para ser coroado. Vive em sua casa, que foi confiscada ao marquez de Castello Rodrigo, que seguiu o partido de Castella quando Portugal se rebellou. Segundo os tratados, os bens já deviam ter sido restituídos ao marquez; mas até agora nem n'isso pensam. Esta casa está situada á ourela do Tejo, perto do palacio real. Guardam-na vigilantemente trezentas sentinellas vestidas de pardo agalado de verde. O paço é quadrado, e cheio de mercearias(?): é edificio pouco distincto. Tem dentro uma praça limpamente areada, e um chafariz no centro.

«É ahi a praça dos touros. O paço estava desalfaiado. A capella, rica de azul e ouro, é bellissima. Os armazens dos utensis destinados á marinha de guerra, são ahi ao pé. Navios mercantis tem poucos. Mandam apenas cinco ou seis ao Brazil, e servem-se dos inglezes e hollandezes para importar assucar e outros generos a Lisboa. Ahi perto andam a edificar-se dous

salões, em que os mercadores se ajuntam a negociar. Vimos uma igreja que a rainha-mãe fandou, e onde está enterrada^[6]. Todo o tecto é de ebano, bem como as columnas de laçarias douradas. Os pavimentos de todas as igrejas de Lisboa são de adobes azulejados com figuras. Ha ahi uma, onde se veem retratadas as cabeças das pessoas condemnadas e queimadas pela inquisição. Presentemente não ha inquisidor geral.

«O palacio onde mora D. Pedro e a rainha é composto de quatro pavilhões pequenos e dous eirados onde aquella princeza vai de tarde tomar ar com as damas. Está ahi sempre o «regimento da armada.» As ante-camaras estão sempre atalaiadas.

«O principe e ella dão audiencia todas as terças feiras. Elle é corpulento, rosto magro e trigueiro. Desde que esteve doente, usa cabelleira. Sahe pouco acompanhado, e dizem ser affavel e cortez. A rainha traja á hespanhola com guarda-infante, com os cabellos soltos pelas costas, encaracolados, e laçados de fitas. Tem uma filha que parece lindissima, cuja aia é a condessa de Añon (Unhão). Segue-a o seu mordomo duque de Cadaval. A rainha tem um anão indio que anda sempre com ella: é tão bem proporcionado que parece uma criança, visto pelas costas; mas pela frente não, que já tem barba. Já tinha sido da rainha-mãe, e goza da fama de engraçado... A rua dos Mercadores é muito bonita. Ha ahi bons acepipes, e confeitos excellentes. A 18 de maio comemos cerejas e damascos já maduros. O que é incommodo é não haver neve, nem as bebidas refrigerantes de Hespanha.»

E nada mais que mereça menção.

A respeito da Lisboa de 1669, que era, pouco menos, a Lisboa de 1754, um anno antes do terremoto, darei alguns pormenores. O que tenho visto impresso não satisfaz a curiosidade. João Baptista de Castro, o author do *Mappa de Portugal*, conheceu a velha Lisboa, e o que nos disse é tão diminuto que pouco vale. No *Panorama* e *Archivo* ha artigos de bons investigadores; mas pouco mais fazem que distender as noticias de Nicolau de Oliveira e outros que viram a Lisboa do seculo XVII.

O inedito, que tenho, ácerca da capital, dá noticias que provam ser escripto em 1754. Não lhe conheço author. Foi homem que, viajando, escrevia uma geographia da Europa alphabeticamente e levava a sua obra na letra *L* (*LIXA*, chamada pelos europeus *LARACHE*), quando, talvez, o terremoto lhe colheu de golpe a vida, ou lhe esfriou o ardor do trabalho.

No proximo numero trasladarei o que me parecer menos sabido.

[5] A mulher de Affonso VI e de Pedro II.

[6] Era a de Corpus-Christi dos carmelitas descalços, fundada no sitio em que Domingos Leite Pereira tentou matar D. João IV. Esta igreja desapareceu no terremoto e incendio de 1755.

FERREIRA RANGEL

Vivia aqui no Porto, ha pouco mais de mez, um homem que, ha vinte annos, atroava o café-Guichard com o trovão da sua voz. Chamava-se Francisco Ferreira Ribeiro Pinto Rangel.

Era liberal como um dos mais egregios romanos que morreram no templo de Diana, á beira de Caio Gracco. Era valente caudilho do povo; e das primeiras cutiladas do sabre dos esquadrões, nos motins anteriores a 1846, tinha elle as cicatrizes na cabeça. Era poeta da escola antiga de Filinto e Diniz, como se demonstra no seu poema intitulado *D. Sebastião*. Era versado na lição dos socialistas, cujas doutrinas apregoava nos botequins, com um fogo de convicção, que lhe afusilava através dos oculos, e mettia medo nos peitos de mais fino aço.

Teve um irmão que lhe foi antipoda na esphera politica. As pessoas do tempo de D. Miguel conheceram-o, vivendo faustamente. Chamavam-lhe o *escrivão-fidalgo*, porque era escrivão e tratava-se á lei da nobreza. Este homem conheci eu chefe de estado-maior do general realista Macdonell. Morreu briosamente, em uma madrugada de janeiro de 1847, ao lado do general, desfechando um par de pistolas de pederneira, cuja escorva a neve d'aquella noite humedecera. O morto deixou dous filhos, e tres ou quatro esbeltas meninas. Parece-me que os vi e conheci na minha mocidade. Ouvi dizer que voltaram ricos do Brazil. Se bem me lembro, já escrevi a necrologia de um, que por signal estava vivo, e nem sequer me agradeceu, com um bilhete de visita, ser eu a unica pessoa de Portugal que lhe ajuntou ao nome esquecido quatro palavras de saudade e dó.

Agora, faço o mesmo ao tio, que morreu ha pouco mais de mez, e ninguem perguntou que pobretão era um que levaram na tumba dos pobres, entre quatro tochas, desde a rua Chã até ao Prado.

Pois era, era aquelle Ferreira Rangel que todos ouviamos e respeitavamos, ó rapazes de ha vinte annos!

A imprensa diária tem olheiros que superintendem em estupro, facadas, roubos e incestos; mas a alçada d'estes espias não chega até ao esquite do defunto sem testamento.

Ferreira Rangel chegou ao cemiterio ao fechar de uma noite orvalhada de dezembro. O coveiro estava prevenido e a postos. Não havia que esperar garganteações de psalmos. A fossa da valla dos pobres estava aberta. Na gleba desaterrada alvejava ainda o craneo e as vertebraes cervicaes d'outro pobre. Tresandava o fartum da podridão abafada. Aquillo fez-se depressa. O caixão baqueou, desamparado de alto. Deu uma toada cava na terra fôfa. Os portadores d'aquelle pobre aconchegaram os capuzes das orelhas cortadas do suão, e sahiram de corrida. O coveiro deixou ao relento o caixão, e foi no dia seguinte, aquecido com aguardente, volver sobre as taboas chuviscadas o comoro de terra, que alisou com a pata da enxada.

Depois, o eterno silencio.

Envio os meus sentimentos aos sobrinhos ricos d'este homem, e dispenso-os do bilhete de visita.

AS JOIAS D'UM MINISTRO DE D. JOÃO V NO PREGO

Este ministro era Alexandre de Gusmão.

Nasceu no Brazil, em Santos, provincia de S. Paulo, por 1695, e falleceu em Lisboa, em 1753.

Foi cavalleiro professo na ordem de Christo;

Fidalgo da casa real;

Secretario particular de D. João V--o *Dissipador*;

Conselheiro de capa e espada do conselho ultramarino:

E, quando morreu, parte dos seus haveres, as joias de sua defunta mulher estavam empenhadas, e foram vendidas em hasta publica.

Tenho a triste satisfação de enviar esta novidade aos biographos d'aquelle varão illustre, e nomeadamente aos escriptores brasileiros, os snrs. Pereira da Silva e Fernandes Pinheiro,olicitos averiguadores da accidentada vida do seu conterraneo.

S. exc.^{as} dizem que Alexandre de Gusmão morreu pobre, tendo perdido os bens e dous filhos no incendio de sua casa. Os documentos que, pela primeira vez se escavam no veio inexplorado das secretarias, ajustam-se á opinião d'aquelles notaveis escriptores; mas o ex-secretario de D. João V morreu sem ter conhecido as necessidades dos que se dizem pobres.

Do *Livro dos registros*, ou *Copiador* dos officios remettidos do gabinete do duque-regedor ás corregedorias, trasladamos o seguinte:

«Para o corregedor do cível da côrte Francisco Xavier de Mattos Broa. Sua Magestade é servido ordenar que vm.^{ce}, em cumprimento do precatório que lhe passou o desembargador Antonio de Sousa Bermudes de Torres, como juiz do inventario dos bens de Alexandre de Gusmão, faça logo remetter para o juizo do inventario para n'elle ser vendido um laço, fita de pescoço, e uns brincos de diamantes e rubins que se acham no deposito geral da côrte, a requerimento de Anna Maria do Vencimento, conservando-se no preço d'estas joias a mesma hypotheca e direito que esta credora tem pela penhora que n'elles fez. Deus Guarde a vm.^{ce} Paço 13 de maio de 1755.»

Segue-se, com data do dia anterior, outro officio ao mesmo proposito:

«Para Amador Antonio de Sousa Bermudes de Torres. Sua Magestade deferindo ao requerimento que lhe fez Miguel de Avilez Carneiro foi servido ordenar que o corregedor do civel da côrte remettede ao juizo do inventario dos bens de Alexandre de Gusmão as joias que se acham no deposito da côrte, com penhora feita por Anna Maria do Vencimento. É o mesmo senhor servido que vm.^{ce} as faça vender em o leilão que se está fazendo dos ditos bens, com a declaração, porém, que o procedido das ditas joias se não confundirá com o preço dos outros bens, ficando no valor d'estes conservada a penhora e hypotheca especial que n'ellas tinha a credora, para se lhe reservar n'esta parte o direito que tiver para a preferencia. Deus Guarde a vm.^{ce} Paço 12 de maio de 1755.»

Os descendentes d'esta snr.^a Anna Maria, se a sorte lhes bafejou mais propicia que ao ministro de D. João V, devem estar hoje de posse das joias de Alexandre de Gusmão. Regosijem-se.

Quaes seriam os outros bens leiloados? Uma quinta já eu descobri folheando um grosso volume manuscripto, intitulado: *Tombo das herdades de Nossa Senhora da Ajuda, de Val de Figueira, e da Atalaia, sitas no termo da villa de Cabrella, que são do ill.^{mo} e exc.^{mo} conde de Oeiras, feito por ordem de S. M. que Deus guarde. Anno de 1763.*

Vejam que cousas eu folheio no intervallo de dous capitulos de romance em que ha meninas louras e mancebos de pupilla ardente a dialogarem á competencia com a calhandra portugueza e o sabiá brasileiro!

Pois d'este tombo a pag. 46 v. consta que uma herdade do valido de D. José partia *com a quinta que foi de Alexandre de Gusmão em Val de Figueira.*

Quem possui hoje a quinta do privado de D. João V?

Não me recordo onde li que elle tivera boa quinta de recreio no valle de Alcantara, e era convisinha de outra que pertencera ao grande escriptor D. Francisco Manoel de Mello, que lá se finou, mais pobre que Alexandre de Gusmão, um victima da libertinagem de D. João IV, outro victima da ingratição de D. João V e de seu augusto filho.

Este ministro, irmão do padre Bartholomeu de Gusmão, alcunhado o *Voador*, foi sempre malquisto dos frades que perseguiram como necromante o inventor dos balões. Tres homens affectos a D. João V foram grandemente satyrisados n'aquelle tempo: o marquez de Gouvêa, D. Martinho Mascarenhas, pai do que depois foi duque de Aveiro, e morreu no patibulo como regicida; frei Gaspar Moscoso, ou da Encarnação, da mesma familia, e Alexandre de Gusmão.

Eis aqui um *specimen* das satyras:

*Quem destruir-nos idéa?--Gouvêa.
Quem merece a Inquisição?--Gusmão.
Quem o deve acompanhar?--Gaspar.
Pois, meu rei, acautelar!
Olho aberto, e vêde bem,
Que no reino não convém.
Gouvêa, Gusmão, Gaspar.*

O ORACULO DO MARQUEZ DE POMBAL

Costumavam os nossos avós queimar os judeus--(não assevero que os avós de quem isto escreve não fossem tambem queimados). Se os não colhiam ás mãos, confiscavam-lhes os bens. Mas, dado caso que os judeus fugitivos enviassem lá do exilio aos reis ou aos ministros bons alvitres da arte de governar, aceitavam-lhes o favor e praticavam o seu parecer; mas não lhes concediam voltarem ao reino, sem a condição de se deixarem torrar. Isto aconteceu nomeadamente com o famoso Antonio Nunes Ribeiro Sanches, medico portuguez, nascido em Penamacor em 1699, e fallecido em Paris, por 1783. Vivendo 84 annos, grande parte dos quaes curtiu nos invernos da Russia, não precisa exhibir melhores certidões de bom medico. Se se deixa ficar na patria, havia de custar-lhe a resistir á temperatura alta que os frades dominicanos faziam no campo da Lã em obsequio á hygiene da alma.

Antonio Nunes Ribeiro Sanches, conselheiro de estado da imperatriz da Russia, correspondia-se com os estadistas portuguezes, christãos velhos. O marquez de Pombal, ou não quiz, ou apesar da sua omnipotencia, não logrou assegurar repouso na patria ao seu douto oraculo, em paga dos conselhos e projectos de boa administração que o neto de hebreus lhe suggeriu de Paris, e o valido ingrato aproveitou, occultando-lhes a procedencia. A criação do *collegio dos nobres*, por carta de lei de 7 de março de 1761, havia sido aconselhada por carta de Ribeiro Sanches, datada em Paris, em 19 de novembro de 1759.

Possuo esta carta autographa. Contém 129 paginas em 4.º maior. Não sei se um rarissimo livro intitulado *Cartas sobre a educação da mocidade*, impresso em Colonia em 1760, é o traslado d'este manuscrito. Não vi ainda exemplar algum. Entre as obras ineditas do illustre medico, nomeadas na biographia que Vicq-d'Azir lhe escreveu e Francisco Manoel do Nascimento traduziu, ha uma intitulada: *Plano para a educação de um fidalgo moço*. O manuscrito, de qualquer modo precioso, que possuo, deve ser o original de alguma das duas obras.

Dous escriptores portuguezes de subida reputação, ambos ministros de estado honorarios, os snrs. José Silvestre Ribeiro e D. Antonio da Costa, enriqueceram recentemente a litteratura patria, com os seus livros intitulados *Historia da instrucção popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos*

nossos dias, e Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia. Os doutissimos authores, com certeza, aproveitariam optimos subsidios da leitura do raro livro de Ribeiro Sanches, se o manuscrito, que tenho, é o rascunho do livro impresso em Colonia, cuja raridade o snr. Innocencio F. da Silva encarece. O senhor conselheiro José Silvestre Ribeiro, quando louva o progresso das letras e artes no reinado de D. José I, recordaria com menção gloriosa o nome obscurecido do medico portuguez, e daria ao marquez de Pombal a parte mediana que lhe cabe no alvidramento da reforma da universidade, do collegio dos nobres, nas escólas militares, e no mais, respeitante aos beneficios que a historia lhe desconta na ferocissima condição.

Ribeiro Sanches, antes de indicar o methodo proficuo na educação dos fidalgos, discorre ácerca da educação antiga, e chegando ao meado do seculo XVI, escreve:

«... Vimos acima que, desde o anno 1500 até o anno de 1570, existiu o maior luxo que jámais viu Portugal. El-rei D. Manoel introduziu-o na côrte, e foi o primeiro que se vestiu umas vezes á franceza, outras á flamenga^[7]. Como não teve guerra na Europa, nem seu filho, nem seu bisneto el-rei D. Sebastião, com as riquezas do Oriente cahiu a fidalguia no maior luxo, e por consequencia n'aquelle total esquecimento da boa educação que tinha ou na paço dos reis antigos ou em casa de seus paes. No tempo d'el-rei D. Pedro, *o Justiceiro*, tanto que se sabia no paço que tinha nascido algum filho de fidalgo, mandava logo el-rei a sua casa a provisão da moradia ou fôro que deixava em poder da mãe ou da ama que creava o menino, e n'estes tempos se chamavam os reis paes de seus vassallos. Depois, crescendo o numero, se ordenou que sómente se usasse d'esta graça com o primogenito, e d'esta resolução veio a descahir aquelle amor da patria, porque faltou a boa educação que tinham no paço todos os filhos de fidalgos com moradia.

«No tempo d'el-rei D. João II lhe representaram em côrtes que ordenasse se creassem os fidalgos no paço como era costume antigamente: signal certo que se educava alli a primeira mocidade do reino. Já dissemos acima que a educação da nobreza toda se reduzia a fazer o corpo robusto, e fortissimo, o animo ousado, e destemido; além d'aquelle agrado que reinava no galanteio, e serviço das senhoras, não deixavam de instruir o animo com aquelles poucos conhecimentos scientificos que se conheciam: sómente na familia do infante D. Henrique foi esta educação mais consideravel, porque sahiram muitos do paço d'aquelle famoso principe excellentemente instruidos nas mathematicas e boas letras, como foi o grande Albuquerque, e D. João de Castro.»

Discorre o medico ácerca das causas que abastardaram a educação dos fidalgos:

«Mas tanto que os reis tiveram mais que dar que as terras da corôa; tanto que tiveram commendas, governos, e cargos

lucrativos, tanto nas conquistas, como no reino, logo os fidalgos começaram a cercar os reis, e ficarem na côrte; porque pela adulação, pelo agrado, e pelas artes dos cortezãos sabiam ganhar as vontades dos reis, não tendo aquellas occasiões forçosas de obrarem acções illustres para serem premiados por ellas. Isto vêmos succedeu no tempo d'el-rei D. Duarte, quando ordenou que todo o fidalgo que não tivesse cargo na côrte que fosse a viver nas suas terras.

«Logo que todos os fidalgos fizeram a sua assistencia na côrte no tempo da paz, logo que seus filhos eram educados em suas casas, já ricas, e poderosas pelas dadivas dos reis em commendas, pensões, governos e cargos, necessariamente se havia de seguir uma educação estragada; a meninice entregue na mão das amas, e de mulheres communs; a puericia entre as mãos dos criados, e dos escravos; até o tempo d'el-rei D. Sebastião poucos sabiam mais que lêr e escrever; porque já a escóla do infante D. Henrique estava acabada; e toda a educação se reduzia a saber os mysterios da fé, porque os seus mestres sendo ecclesiasticos e ignorantes da obrigação de subdito, de filho, e de marido, chegavam á idade da adolescencia com o animo depravado: sem humanidade, porque não conheciam igual; sem subordinação, porque eram educados por escravas, e escravos, ficava aquelle animo possuido da soberba, e vangloria, sem conhecimento da vida civil, nem com a minima idéa do bem commum. Assim degenerou aquella educação do paço, na qual pelo menos aprendiam a obedecer, na mais insolente tyrannia de todos aquelles com quem tratavam.»

E, vindo ao ponto da reforma urgente na educação da nobreza, escreve:

«Parece-me que vistos os notaveis inconvenientes da educação domestica, e das escolas ordinarias, que não fica outro modo para educar a nobreza, e a fidalgia do que aprender em sociedade, ou em collegios: e como não é cousa nova hoje em Europa esta sorte de ensino, com o titulo de *corpo de cadetes*, ou escóla militar, ou *collegio dos nobres*, atrevo-me a propôr á minha patria esta sorte de collegios, não sómente pela summa utilidade que tirará d'esta educação a nobreza, mas sobre tudo, o estado, e todo o povo.»

Ahi está o aviso do christão novo, seguido, e executado dous annos depois, quanto á fundação do *collegio dos nobres*.

Depois, indica o doutor Ribeiro Sanches as sciencias que devem ensinar-se já no collegio, já nas aulas militares. Todas entraram na organização dos estatutos.

Em um §. intitulado: *Em que idade deveriam entrar os educandos na escóla real militar*, divaga o insigne medico por considerações a respeito das mães. Transcrevo o que me parece digno de ser lido por ellas:

«Tanto que as riquezas da Africa e do Oriente entraram em Portugal, logo começou a mostrar-se o luxo nos vestidos, comidas, e mais commodidades estrangeiras; começou a esfriar-se o amor das familias, e por ultimo da patria. El-rei D. João III foi o ultimo rei que foi creado com ama nobre, e já seus filhos, nem seu neto el-rei D. Sebastião, tiveram amas, mais que da classe plebêa; indicio certo que as senhoras não creavam já seus filhos, como nos tempos anteriores: introduziu-se este destructivo costume da raça humana, do amor filial, e dos bons costumes; e apesar de tanto sermão, missões, e praticas espirituaes, nenhuma senhora quer sacrificar a sua formosura. Seria loucura persuadir o que ninguem quer abraçar.

«Tem para si estas mães, que não criam, que conservarão por mais tempo a formosura, e que dilatarão a vida com mais vigor e forças, e que perderiam a sua boa constituição creando por dezoito mezes ou dous annos. Mas é engano manifesto, e o contrario se sabe pela experiencia, e pela boa physica.

«A mulher que deu á luz um filho, e que não o cria, em pouco tempo vem a conceber de novo: a gravidez de nove mezes é uma enfermidade, que enfraquece mais o corpo, do que crear aos peitos por anno e meio: e como concebem antes que as partes da geração adquirissem pelo repouso a sua natural consistencia, succede, que estas senhoras abortam mais frequentemente: enfermidade tão consideravel, que muitas ou perdem a vida, ou ficam achacadas; perdendo em poucos annos o idolo da sua belleza, ficando frustradas do seu intento, e expostas a viverem por toda a vida com mil desgostos, e pezares.»

.....

«Até agora os damnos que soffrem as mães. Mas os mais consideraveis e lamentaveis são aquelles que se imprimem no animo das crianças creadas por amas. Se fôramos nascidos para viver nos desertos da Africa, ou nos bosques da America, pouco importava que as amas imprimissem no nosso animo aquellas idéas de terror de feitiços, de feiticeiras, de duendes, de crueldade, e de vingança; mas somos nascidos em sociedade civil, e christã; aquellas idéas que nos dão as amas são destructivas de tudo o que devemos crêr, e obrar: ficam aquellas crianças expostas ao ensino de mulheres ignorantes, supersticiosas; são os primeiros mestres da lingua, dos desejos, dos appetites, e das paixões depravadas: chegou o menino a fallar, já está cercado de duas ou tres mulheres mais ignorantes, mais supersticiosas do que a ama; porque estas são mais velhas, e sabem mais para destruir aquella primeira intelligencia do menino: chega á idade de caminhar, já tem seu mocinho, ordinariamente escravo, e como foram pelas mães creados por taes amas, e velhas, são os terceiros mestres até á idade de seis ou sete annos: e se o mau exemplo do pai e da mãi põem o sello a esta educação, fica o menino embebido n'estes detestaveis principios, que mui difficilmente os melhores mestres podem arrancar aquelles vicios pelo discurso da idade pueril.

«Será impossivel introduzir-se a boa educação na fidalguia portugueza em quanto não houver um collegio, ou recolhimento, quero dizer, uma escóla com clausura para se educarem alli as meninas fidalgas desde a mais tenra idade:

porque por ultimo as mães, e o sexo feminino são os primeiros mestres do nosso; todas as primeiras idéas que temos provém da criação que temos das mães, amas, e aias; e se estas forem bem educadas nos conhecimentos da verdadeira religião, da vida civil, e das nossas obrigações, reduzindo todo o ensino d'estas meninas fidalgas á geographia, á historia sagrada, e profana, e ao trabalho de mãos senhoril, que se emprega no risco, no bordar, pintar, e estofar, não perderiam tanto tempo em lêr novellas amorosas, versos, que nem todos são sagrados, e em outros passatempos onde o animo não só se dissipa, mas ás vezes se corrompe; mas o peor d'esta vida assim empregada é que se communica aos filhos, aos irmãos e aos maridos. D'aqui vem, que sendo da mesma nação, da mesma familia, e da mesma casa, estão introduzidas duas sortes de lingua, ou modos de fallar: a conversação que se deve ter com as senhoras, não ha de ser sobre materia grave, séria; estas conversações judiciosas ficam reservadas para algum velho, ou para algum notado de extravagante: e assim succede que ficam as senhoras por toda a vida (ordinariamente) meninas no modo de pensar, e com tão miseraveis principios vem ellas as suas amas, as suas aias, e donas a serem os mestres d'aquelles destinados a servir os reis.

«Não me accuse v. ill.^{ma} que sahi fóra do intento que lhe prometti: achei que tratar da educação que deviam ter as meninas nobres e fidalgas merecia a maior attenção, porque por ultimo vem a ser os primeiros mestres de seus filhos, irmãos, e maridos. V. ill.^{ma} sabe muito melhor do que eu aquelles monumentos que temos na historia romana, e tambem na nossa, de tantas mães que por crearem, e ensinarem seus filhos foram as que salvaram a patria, e a illustraram: houve em Roma muitas Cornelias, como em Portugal muitas Philippas de Vilhena. Mas n'aquelle tempo ainda o luxo, ou a dissolução não se tinha apoderado do animo portuguez, porque as riquezas não eram tão appetecidas. A connexão que tem a educação da mocidade nobre que prometti a v. ill.^{ma} me obriga a ponderar, se não seria mais util para a conservação e augmento da religião catholica transformarem-se tantos conventos de freiras, e das ordens, principalmente militares sem exercicio algum da sua destinação, n'estes estabelecimentos que proponho, tanto para a mocidade nobre masculina, como feminina? Com o exemplo das educandas, ou *Filles de St.-Cyr*, fundação perto de Versailles, e com o da escóla real militar, se poderiam fundar no reino outros ainda mais vantajosos para a mesma nobreza, e para a conservação e augmento da religião e do reino. Mas espero ainda vêr nos meus dias estabelecimentos semelhantes em tudo, ou em parte que satisfaçam todo o meu desejo.»

Eu tinha vontade de prolongar o traslado; mas a leitora que é mãe, joven e formosa, desdenha os conselhos do medico; a que não é mãe, de certo não percebeu as theorias physiologicas em que se fundamentam as censuras; e o leitor que de certo leu á esposa as paginas impregnadas de maternidade, n'aquelle tom circumpecto de nossos avós patriarchaes, dorme... patriarchalmente.

Boa noite.

[7] Diogo de Paiva de Andrade, o sobrinho, confirma nas suas *Memorias* ineditas, esta passagem com a seguinte anecdota: «Duarte Galvão, um dos benemeritos varões do seu tempo, foi secretario d'el-rei D. João II, e por elle e seu successor el-rei D. Manoel mandado muitas vezes por embaixador a diferentes côrtes da Europa. Encarregado pelo emprego de chronista-mór de ordenar as chronicas dos reis d'este reino, escreveu nove desde D. Affonso Henriques até el-rei D. Fernando, servindo em toda a sua vida com muita aceitação dos seus principes os empregos que lhe confiaram.

«Era já de quasi 80 annos quando o imperador da Ethiopia mandou a Lisboa um embaixador com grandes presentes para el-rei D. Manoel procurando sua amizade e propondo reciprocos interesses; e, querendo el-rei corresponder-lhe, entrou na consideração de quem seria a pessoa que lá mandasse por embaixador. Succedeu depois, estando el-rei em Evora, mandar fazer um gibão de uma fazenda rara que lhe chegára da India; e, no dia em que o vestiu, sahiu a uma sala em que estavam varios fidalgos, a cada um foi mostrando o gibão, que todos gabavam por comprazer a el-rei; e, como fosse um d'elles Duarte Galvão, só este o não lisongeou, dizendo-lhe que os reis de Portugal seus antecessores cuidavam menos em atavios do que em cumprir com os encargos que Deus impunha aos reis. Seria melhor que não fallasse assim para seu descanço, porque isto decidiu a eleição do embaixador que havia de ir á Ethiopia; e logo el-rei, com palavrosos termos de honra e conceito, nomeou o pobre ancião; mas assentando que morreria no caminho como succedeu na altura da ilha do Camarão em 9 de junho de 1517.»

O PRINCIPE PERFEITO

O snr. Pinheiro Chagas, na sua estimadissima *Historia de Portugal*, tomo III, pag. 155, relatando vigorosamente a ferocidade de D. João II, escreve:

«Estamos bem longe d'applaudir, com Ruy de Pina e Garcia de Rezende, estas ferocissimas repressões, mas tambem não podemos concordar com o snr. Camillo Castello Branco, que escreve o seguinte a respeito d'el-rei D. João II:

«O real carrasco, a quem infamissimos adulares da corôa chamaram *principe perfeito*, surge hediondo diante da posteridade, alçando-se por sobre a nuvem dos incensos, com que thuribularios abjectos cuidavam esconder-o á execração dos vindouros. Raro ha quem se canse em esgaravatar razões d'estado, que contrapesem a ferocidade do filho d'Affonso V. A historia, á volta d'elle, o que encontra é cadaveres, oitenta cadaveres de homens illustres, uns estrangulados, outros decapitados, estes mortos a punhal, aquelles a peçonha. *Oitenta*, confessou elle o numero, quando a morte lhe acenava de perto, e se lhe desabafava a consciencia, supplicando ao papa contritamente o perdão dos seus peccados.

«Os lances capitaes de tão má alma contou-os a historia á tragedia. O theatro portuguez já se enlutou com os quadros de canibalismo, trazidos á rampa e ao grande brilho dos lustres, para que o povo visse justificada a razão que teve a villanagem dos chronistas d'alligarem ao assassino do duque de Vizeu o antonomastico epitheto de *principe perfeito*.»

«O illustre escriptor é demasiadamente severo com o grande rei a quem Portugal deve tanto. Que a energia de D. João II degenerava em ferocidade, é incontestavel, e não pretendemos absolvel-o dos crimes que pesam sobre a sua memoria. Mas qual dos grandes homens, que figuram na historia, se apresenta immaculado no tribunal da posteridade? No assassinio do duque de Vizeu achamos, devemos confessal-o, em attenção aos costumes da época, D. João II, menos hediondo do que no caso do duque de Bragança. É uma luta a todo a transe entre D. João II e a nobreza, e el-rei, que teve por tantas vezes a morte diante dos olhos e que sempre a affrontou sem empallidecer, pôde, quando se lhe offereceu ensejo, antecipar-se aos seus adversarios, e voltar contra elles o punhal com que o ameaçavam. O duque de Vizeu foi ferido pela catastrophe que trazia pendente sobre a cabeça do seu adversario; foi vencido na batalha. Se D. João II abusou da victoria, e não soube, como nunca soubera, perdoar, culpemos d'isso a imperfeição humana. Perdoar! Parece que no mundo só Christo soube cumprir essa maxima sublime, que debalde prérgou na sua santa doutrina. A civilisação, abrandando os costumes e modificando as paixões, tem introduzido felizmente, no espirito do homem, o horror do sangue derramado, mas, nos fins do seculo XV, ainda a vida das creaturas da nossa especie estava longe de ter o character inviolavel que hoje possui. Por tanto D. João II, aceitando de rosto descoberto a batalha, e vibrando o punhal como vibraria a espada, tem uma certa grandeza selvagem, que não desculpa mas attenua o crime.»

Até aqui o destro escriptor. Agora, a historia que os reis e as camarilhas não deixavam estampar.

O punhal que D. João II vibrou ao peito do duque de Vizeu foi acto cobarde que não pôde ser attenuado por grandeza selvagem. O rei apunhalava o adversario em quanto os braços possantes de um valente alcaide prendiam pelas costas a victima desarmada.

Nas *Memorias* ineditas de Diogo de Paiva e Andrade, author do *Casamento perfeito*, faz-se menção do conflicto, e encarece-se a bravura do coadjutor de D. João II com uma anecdotia bastante significativa da coragem do fidalgo e da cobardia do rei.

Diz assim:

«D. Pedro de Eça, alcaide-mór de Moura, foi um fidalgo a quem a natureza dotou de muito animo e grandes forças, e por isto el-rei D. João II o escolheu, quando quiz matar a D. Diogo, duque de Vizeu, a quem abraçou por detraz. Acontecendo em Moura matarem um homem uns criados seus, foram-se dous irmãos do morto queixarem a el-rei e disseram-lhe que D. Pedro lh'o mandára; pelo que o mandou vir á côrte, e esteve n'ella mais de dous annos, posto que, tirada a devassa, o não acharam culpado. Enfadado D. Pedro disse a el-rei que, pois sua alteza não queria crêr que elle não tinha culpa na morte do homem, e os que o accusavam eram dous, que lhe fizesse mercê de lhe mandar dar campo com ambos para assim se purificar; do que, agastando-se el-rei, lhe disse que tomára elle

ser um dos dous. E D. Pedro lhe respondeu: «não fôra vossa alteza meu rei, e fosse com elles o terceiro.»

Não temos o desvanecimento de sobre-excitar contra D. João II o animo do nosso talentoso amigo; todavia, insinuamos-lhe a suspeita de que o homem não era capaz de matar outro sem lh'o agarrarem pelas costas, tendo ainda por cautela mais dous bravos que se chamavam Diogo de Azambuja e Lopo Mendes do Rio.

AVE RARA

O poeta satyrico Antonio Lobo de Carvalho, fallecido em Lisboa aos 26 de outubro de 1787, nasceu em Guimarães, não se sabe precisamente quando. Era filho illegitimo de fidalgo, e tinha em Villa Real parentes maternos que o educaram nas letras, consoante os frades da terra podiam ministrar-lh'as. O bom que os frades tinham não o aprendeu o rapaz. Era poeta de lingua farpada, da escola de Gregorio de Mattos Guerra, o maior e mais sujo talento que deram as plagas de Santa Cruz, desde a cidade de Jequitinhonha até á cidade de Pindamonhangaba.

Os cavalheiros villa-realenses andavam mordidos pelas vespas das suas trovas. Lobo não perdia lanço de os satyrisar.

Em uma procissão de Corpus-Christi, o senado da terra ordenou que S. Jorge fosse em andor e não em cavallo. A razão d'este descavalgamento não é bem liquida. Ha muitos mysterios que nunca se hão de dilucidar, mormente em cousas de cavalgadas.

N'essa occasião, Antonio Lobo de Carvalho escreveu e divulgou o seguinte soneto:

*Patria de valentões, paiz guerreiro,
Só tu, Villa Real! contigo fallo!
Vão Panças e Roldões jogar o talo,
Ou vão na tua escola andar primeiro.*

*Quem ha que os teus agente no terreiro,
Se até S. Jorge foram desmontal-o!
Pois, indo nas mais terras a cavallo,
N'esta é capucho o santo cavalleiro!*

*Nos triumphos de Baccho a villa armada
Uns com brancos arnezes, outros tintos,
As meretrizes levam de assaltada.*

*Fez-lhe o entrudo os broqueis, compoz-lhe os cintos,
E soltou um pendão co'esta fachada:
«Todos são pobretões; mas mui distinctos.»*

Os fidalgos da villa dilecta d'el-rei D. Diniz,--que eram muitos, a julgar pelos braços musgosos em que as andorinhas dormem de verão e as corujas assobiam de inverno--assanharam-se contra o poeta, fazendo-se representar no desforço pelos seus moxillas.

Espancado e fugitivo, foi parar a Lisboa Antonio Lobo, onde conhecia um tal Anacleto, que mais tarde foi juiz de fóra em Angeja.

A mãe do poeta era remediada de bens da fortuna, e quanto tinha quanto deu ao estouvado filho, que nunca procurou modo de vida, nem bajulou os grandes, á imitação dos vates do seu tempo.

O duque de Cadaval, D. Miguel, ouvindo recitar versos de Antonio Lobo, disse aos seus criados que lh'o levassem ao palacio... para se divertir. Um laçao de s. exc.^a procurou o poeta e deu conta do recado. Lobo mandou-o esperar, improvisou um soneto, e remetteu-o ao duque. É o mais galhardo feito de poeta do seculo XVIII. Dizia assim:

*Se eu fôra, excelso duque, homem perito,
Capinha, ferrador, cabelleiro,
De cães decurião ou cozinheiro,
Em sopas mestre, em massas erudito:*

*Se em letra antiga visse o que anda escripto
Do vosso grande avô, João Primeiro,
Que o gothico mostrasse ao mau caseiro;
Que o tombo velho nunca está prescripto.*

*N'este caso, senhor, a vossa graça
Mais quizera alcançar, que ter mil burras,
Do metal louro que se ri da traça.*

*Mas como a sorte me tem dado surras,
Não vou servir-vos só por não ter praça
No livro mestre dos santões caturras.*

Antonio Lobo indispoz-se em Lisboa com fidalgos e frades. A mezada que a mãe lhe enviava permittia-lhe dispensar-se das sympathias de clero e nobreza. Foi muito soado e mordido um soneto que elle dardejou contra um frade leigo, dado a libações de certa taverna. Era d'esta laia o poema:

*Borracha de estamenha, ôdre sarrento,
Mil parabens te dou ao novo estado;
Pois de estúpido leigo a um jubilado
Lente de rolhas vaes em largo vento.*

*Se ha longos annos mettes fogo lento
N'essa pança que é mãe de vinho aguado,
Frei Bourdeaux será hoje o teu prelado,
A adega d'esta casa o teu convento.*

*Bebe, esponja claustral, té que a fumaça
Das vasilhas de França encha as pichorras
De umas bebadas tripas de outra raça;*

*E, antes que os limos dos toneis escorras,
Fuja o do Carmo, fuja o Leão da Graça,
Que hoje o que reina é o Leão dos Borrás.*

Ao odio do clero e nobreza, ajuntou o poeta o odio do povo representado nas pessoas dos capellistas, acirrados por estes versos:

*Um rapaz a gritar como um cabrito
Com saudades da mãe sobre o vallado,
Que entre duas canastras vem deitado,
Em burro de almocreve, ancioso e afflicto;*

*Com rosario ao pescoço mui bonito,
Descalço, de barrete e de cajado,
C'um sacco á cinta, onde traz (coitado!)
A sua côdda, o seu bacalhau frito.*

*Posto a pé este misero mamote
Ora cahe, ora treme, ora encordôa,
Um lhe prega um sopapo, outro um calote.*

*Pois esta figurinha ou má ou boa
Faz qualquer capellista franchinote
Quando vem do sertão para Lisboa.*

N'esta vida de odios e irritações, viveu Antonio Lobo de Carvalho até aos cincoenta annos. Se nos merecesse credito o que João Bernardo da Rocha escreveu no *Portuguez*, tom. X, pag. 356, o atrevido vate haveria sido aleivosamente assassinado por ordem de um tio do marquez de Olhão, a quem o maldizente frechára com um soneto que abria assim:

*Ferrabras, Satanaz, Fernão Zarolho,
Cruel harpia das que o inferno encerra...*

Mas o snr. Innocencio Francisco da Silva, posto que não decida qual haja sido a morte do poeta, com justificados motivos desabona a affirmativa de João Bernardo da Rocha.

Eu tambem não sei. Ando n'essas pesquisas; e receio ir dar com elle no hospital, expirando envolto em gloria... de cataplasmas de linhaça.

VERGONHAS NACIONAES

É notorio que o capitão Vicente Lunardi, natural de Luca, e empregado na embaixada napolitana em Londres, effectuou em Lisboa, na tarde de 24 de agosto de 1794, uma viagem aerea.

Mas ainda ninguem disse que o aeronauta, antes da ascensão, esteve preso á ordem do intendente geral da policia Diogo Ignacio de Pina Manique, pelo motivo de vir com tal novidade a Lisboa, onde a inquisição, por causa identica, desejára queimar o padre Bartholomeu de Gusmão.

Os documentos que sobrevivem a tamanho opprobio são autographos, authenticados pela assignatura do famigerado intendente.

Lunardi chegou a Lisboa em fins de maio de 1794. N'esse mesmo anno, em janeiro, tinha elle em Madrid subido no seu balão, que desceu na provincia da Mancha, onde os camponezes o receberam tão benignamente que o levaram em triumpho á igreja parochial da villa de Orcajo.

Cuidou elle que a familia real portugueza o recebesse com igual agrado ao da côrte hespanhola.

Logo que chegou a Lisboa, foi intimado a comparecer na

corregedoria do bairro, e obrigado a assignar termo de não subir ao ar, sem que a machina fosse examinada por peritos. Este exame levava em vista satisfazer as suspeitas do publico, receoso de artes diabolicas.

Assignou Lunardi o termo, e entendeu que dava plena satisfação ás authoridades e ao publico, expondo o balão com todos os seus aprestos. E, para isso, construiu uma barraca na praça do Commercio, e grudou nas esquinas das ruas mais concorridas um cartaz em que minudenciosamente explicava o balão exposto, e os mais instrumentos necessarios ás viagens aereas. (Veja o *Panorama*, tom. VIII, pag. 15).

Apenas o estirado cartaz appareceu, o intendente geral da policia, officiou ao desembargador Luiz Dias Pereira, corregedor do bairro dos Romulares, no theor seguinte, e textual orthographia:

«Vm.^{ce} logo mandará hir seguro á sua presença Vicente Leonardi, Author da Maquina Aereostatica, e na presença de um dos escrivães dos Lugares, que vm.^{ce} está servindo, lhe perguntará, com que authoridade fixou os editaes, contra o que se havia determinado no termo que elle assignou perante vm.^{ce} por ordem d'esta intendencia; e não apresentando ordem por escripto, *emenada* (sic) das Secretarias de Estado, ou do seu Real Gabinete, ou Gentil Homem da Camara ou *Garda* (sic) Roupa do Dito senhor; vm.^{ce} o mandará prender, mandando-lhe abrir assento á minha ordem; e dar-me^[8] parte do resultado d'esta diligencia acompanhando o Auto da declaração que o mesmo Vicente Leonardi fizer. Deus guarde a vm.^{ce} Lisboa 10 de junho de 1794.==*Diogo Ign.^{eo} de Pina Manique.*==*Snr. Dz.^{or} Luiz Dias Pereira.*»

Lunardi, conduzido pelos quadrilheiros ao corregedor, e interrogado, disse que, tendo assignado termo de não funcionar sem que o balão fosse examinado, cuidára dar a maxima prova de boa fé e sciencia estreme de sortilegio, exhibindo ao exame de toda a gente a sua machina.

O corregedor achou-lhe razão. Não obstante, mandou-o esperar, em custodia, novas ordens da intendencia, em quanto elle officiava e a resposta vinha.

Eis a resposta do Manique:

«Vm.^{ce} executará sem exhitção, ou duvida alguma, a diligencia que lhe encarreguei em aviso da data de hontem a respeito do estrangeiro Leonardi, author da maquina aereostatica; pois me consta com toda a certeza não ter o mesmo Estrangeiro licença alguma de Sua Alteza Real o Principe Nosso Senhor para o referido fim: e vm.^{ce} me dará conta por escripto da execução da sobredita diligencia, na conformidade que lhe tinha ordenado. Deus guarde a vm.^{ce} Lisboa 11 de junho de 1794.==*Diogo Ign.^{eo} de Pina*

Em vista d'isto, o aeronauta foi conduzido ao Limoeiro; e, n'esse mesmo dia, o intendente elogiava o corregedor n'estes termos:

«Li a conta que vm.^{ce} me deu em que me participava a prisão do estrangeiro Leonardi, o que vm.^{ce} tem executado com todo o acerto; agora porém vm.^{ce} mandará arrancar todos os editaes, que o mesmo tinha afixado. Deus guarde a vm.^{ce} Lisboa 11 de junho de 1794.==*Diogo Ign.^{eo} de Pina Manique.== Snr. Dz. or Luiz Dias Pereira.»*

Não sei que tempo esteve o italiano em ferros; mas tenho plausiveis razões para presumir que o principe regente o mandou soltar, pois que, volvidos dous mezes, foi sua alteza que lhe deu licença para subir no balão.

Aos ouvidos do intendente chegaram rumores sinistros. Segredava-se que algumas pessoas, influenciadas pelos frades de mais selvagem ignorancia e acrisolada religião, tencionavam despedaçar a machina e o aeronauta, suspeito de feiticaria. E, visto que sua alteza licenciára a subida do balão, cumpria a elle intendente obstar que os fanaticos insultassem o estrangeiro. No entanto, o sagaz magistrado, que tinha mais velhacaria que syntaxe, não queria indispor-se com o povo intimidando-o com o poder armado, nem indispor-se com o principe abandonando o aeronauta á ferocidade das turbas. Neste proposito, officiou assim ao corregedor na véspera da ascensão:

«Vou a prevenir a vm.^{ce} que não deve levar official algum de capote ámanhã de tarde para hir assistir na Praça do Commercio, nem ainda mesmo os quadrilheiros, e aquelle que não tiver cazaca o dispense vm.^{ce} e lhe dê positiva ordem para não apparecer na mesma Praça do Commercio: o mesmo tambem ordenará vm.^{ce} aos Cabos geraes do seu Bairro para não haver alguma confusão e obviar, que alguns malvados se queiram mascarar affectando serem officiaes, para levarem as armas a seu salvo.

«Recomendo a vm.^{ce} a prudencia, procurando não comprometter a authoridade, e respeito da justiça, e só, no caso indispensavel que ameace consequencias é que deve vm.^{ce} ter o procedimento, pedindo auxilio da tropa para rebater qualquer insulto que se queira praticar: o modo nestas occasiões, e a polidez conduzem muito para se concluir o dia sem que seja preciso praticar procedimento algum, e sem que tambem se suscitem conflictos de jurisdicção. Tudo isto quer a prudencia, que recomendo a vm.^{ce} se pratique como sem hesitação espero; e outro sim que não separe de si os seus officiaes para que não vão fazer acção alguma que não seja por vm.^{ce} regulada. Deus guarde a vm.^{ce} Lisboa 23 de agosto de

Na pagina em branco d'este officio, escreveu o corregedor: *Subiu no dia 24 d'agosto na real praça do Commercio depois das quatro horas e meia da tarde. Eu o vi subir. Foi pelas oito horas e meia da noite cahir ás Vendas Novas, voando depois a Magaina(?) sem que elle a podesse segurar, a qual foi depois cahir a Veiros.*

Vicente Lunardi escreveu depois a sua *Viagem aerea*, impressa no mesmo mez e anno em Lisboa. Da sua escripta não transpira queixume dos portuguezes. Apenas estas expressões denotam uma alma nobremente magoada: *Os applausos, com que me tem honrado a nação portugueza, me fazem esquecer «as minhas passadas desgraças» e me obrigam a dar-lhe, em prova do meu reconhecimento, uma exacta narração de toda a minha viagem aerea, etc.* (Veja o *Panorama*, tom. VIII, pag. 21 e seg.)

Estes «applausos» consistiram em uns endecasyllabos *anonymos*, publicados n'essa occasião. Quem quer que fosse, o author não teve a coragem de assignar os seus aleijados versos. Além d'isto, uma epistola do padre José Agostinho de Macedo a Stochler; e, sobre tudo o *elogio* que lhe consagrou Bocage, em versos esplendidos, que podem aferir-se por esta estancia:

*Portentoso mortal, que á summa altura
Vaes no ethereo baixel subindo ousado;
Que illusão, que prestigio, que loucura
Te arrisca a fim tremendo e desastrado?
Teu espirito insano, ah! que procura
Pela estrada do Olympo alcantilado?
Não temes, despenhando-te dos ares,
Qual Icaro infeliz, dar nome aos mares?*

Lunardi descrevendo os trabalhos que passou até embarcar em Aldeia Gallega, conclue assim a narrativa da sua viagem:

«Embarquei finalmente ás quatro horas da manhã, e com uma feliz viagem; cheguei ás 7 horas da mesma manhã ao caes do Terreiro do Paço, onde achei um grande numero de pessoas que me esperavam, e no meio de vivas de alegria me conduziram á minha habitação.

«Estes signaes de verdadeiro contentamento, e o concurso continuo de pessoas ainda das ordens mais respeitaveis, provam assás os sentimentos, que produziu a minha viagem aerea, que tanto é mais famosa, quanto mereceu os applausos de uma nação illustre, que pelo muito, que se empenha agora em honrar-me, tem adquirido incontrastaveis direitos ao meu reconhecimento, e eterna gratidão.

«Esta a narração fiel da minha viagem, e dos seus successos: e posto que ella não contenha em si nada de extraordinario para os corações indifferentes, deve com tudo interessar as almas sensiveis, e compadecidas, que saberão estimar em seu justo valor as minhas fadigas, e os meus soffrimentos. Para estas pois é que eu escrevo, na certeza de que, se não lhes merecer

os seus louvores, conseguirei ao menos a sua compaixão, e o seu affecto, que é toda a minha ambição e o unico objecto d'esta pequena descripção.--*Vicente Lunardi.*»

Seduzido pelas ovações, que alguns poetas e rapazes lhe fizeram no Terreiro do Paço, cuidou o aeronauta que lhe seria permittido renovar a ascensão, e auferir d'ahi recursos com que voltar a Inglaterra onde tinha o seu emprego na embaixada napolitana. Embalado pelas poesias de Bocage e Macedo, lhe sorria a esperança, quando na madrugada do dia 29 de agosto, cinco dias depois da primeira subida, o acordaram para lhe noticiarem que o seu barracão na praça do Commercio se derruia esphacelado pelos machados de quarenta carpinteiros, á ordem do corregedor.

Aqui tem o leitor, como coronal d'este padrão de vergonha patria, o officio do intendente Manique ao corregedor que executou brutalmente a demolição da barraca em que Lunardi gastára os seus poucos recursos:

«Vm.^{ce} logo mandará chamar o mestre carpinteiro Joaquim Pereira, que o foi da Praça construida para a machina aereostatica de ordem do capitão Vicente Leonardi, para dar logo principio a demoli-la e deita-la abaixo, não lhe admittindo subterfugio algum a este fim, e devendo amanha sexta feira dar principio á demolição para o que lhe mandará embargar os carpinteiros de obra branca e de machado, que lhe forem necessarios: igualmente mandará vm.^{ce} notificar o dito capitão Vicente Leonardi para este mesmo fim. Deus guarde a vm.^{ce}
Lisboa 28 de agosto de 1794.==*Diogo Ign.^{eo} de Pina Manique.*==*Snr. Luiz Dias Pereira*^[9].»

Os frades e a estupidez tinham vencido.

Não sei se lhe abriram subscrição ao pobre italiano para o livrarem de Portugal e das presas do Manique. O que sei é que os poucos, que o applaudiram, apenas podiam dar-lhe... versos.

E, depois, a gente irrita-se quando os estrangeiros nos não enfileiram na vanguarda da civilisação!...

[8] Que grammatica a d'este afamado intendente geral!

[9] Estes documentos autographos podem vêr-se na livraria do insigne bibliophilo, o snr. Innocencio Francisco da Silva, que me fez a honra de os aceitar.

RANCHO DA CARQUEJA

São justas as reflexões do estudioso antiquario o snr. Joaquim Martins de Carvalho, redactor do *Conimbricense*.

Agora direi os argumentos, bem que menos valiosos, em que eu assentava o meu erro.

Em 1805 divulgou-se em Vizeu um poema ou pasquim, injuriando os magistrados. Houve devassa e um dos pronunciados foi o doutor Ferro, que viveu no Porto, e aqui falleceu ha vinte annos, deixando, como prova do seu mal empregado engenho, um notavel poema que diz respeito á invasão franceza.

Em um volume de manuscriptos, tenho a celebrada satyra do Ferro, precedida da seguinte nota: *Este libello é dedicado á memoria do Estopa e Carqueja, dous heroes que tudo levavam a pau e espada em Vizeu, ahi pelos annos de mil setecentos e tantos, e de um d'esses valentões tomaram o cognome os estudantes de Coimbra chamados o Rancho do Carqueja.*

Isto não obstante, a correcção do snr. Martins de Carvalho deve antepor-se, visto que a sentença condemnatoria diz: «*Rancho que denominaram DA Carqueja, originando este nome de haverem queimado com ella uma porta, etc.*»

BOM HUMOR

(AO NOTICIARISTA DA ACTUALIDADE)

Chamar a D. João III *principe perfeito* podia ser lapso, sem ser ignorancia; mas nem sequer foi lapso: foi proposito.

Vá o noticiarista ao escriptorio da typographia, onde as *Noites de insomnia* são impressas. Peça ao snr. Antonio José da Silva Teixeira, honrado proprietario da typographia, que lhe mostre a primeira prova do artigo intitulado D. JOÃO III, e encontrará *piadoso*, como estava no original, emendado para *principe perfeito*, como está no livro. Se quer saber por que motivo corrigi o que havia escripto em harmonia com a historia official, respondo-lhe que está no meu arbitrio alterar os cognomes que não derivam de razão justificada; e á luz da historia, tanto monta para mim a *perfeição* de D. João II, o algoz, como a *piiedade* de D. João III, o fanatico. Uns historiadores chamaram ao filho de D. Manoel o *Pai da patria*; outros o *Filho da igreja*; outros, authorisados por Paulo III, o *Zelador da fé*. Eu chamei-lhe o *principe perfeito*, e cancellei na prova o titulo de *piadoso*, que lhe dera de camaradagem com o snr. Viale, por não querer manchar um adjectivo digno de S. Francisco Xavier ou de S. João de Deus.

Além de quê: está rigosamente estatuido que sejam dogmas historicos a *perfeição* e a *piiedade* do D. João II e D. João III? Poderemos, com juizo, associar-lhes taes epithetos, fóra de ironia? Ora assim como uns historiadores cognominaram D. João III com variados titulos, dá-me o noticiarista licença que eu chame *perfeito* ao principe, e *sabio* a sua senhoria? A patarata é a mesma.

N'isto de acolchetar antonomasias, tanto aos reis como aos subditos, quero e peço que haja liberdade plena. Por exemplo: o redactor da noticia da *Actualidade*, conhecido entre os seus parceiros por um epitheto qualquer, está sujeito a que a posteridade lh'o altere ou inverta. Eu, por em quanto, circumscrevo os limites da minha phantasia a chamar-lhe tolo.

DECLARAÇÃO

Apesar de superfluo o meu testemunho, depois da asseveração do snr. Camillo Castello Branco, declaro que é verdade ter o mesmo snr. escripto no original: D. JOÃO III, *o piedoso*, e na prova que lhe enviei, e que conservo em meu poder, ter o author emendado: D. JOÃO III, *o principe perfeito*.

Não obstante attentar na emenda feita, mandei, como devia, que o typographo a observasse.

A. J. da Silva Teixeira.

FIM DO 2.º NUMERO

*** END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK NOITES DE
INSOMNIA, OFFERECIDAS A QUEM NÃO PÓDE DORMIR. Nº
02 (DE 12) ***

Updated editions will replace the previous one—the old editions will be renamed.

Creating the works from print editions not protected by U.S. copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license, especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE
THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE
PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS
WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™

Section 1. General Terms of Use and Redistributing Project Gutenberg™ electronic works

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic works even without complying with the full terms of this agreement. See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed. Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work, or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with active links or immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form, including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which

you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, "Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation."

- You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.
- You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.
- You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain "Defects," such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the "Right of Replacement or Refund" described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL, PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it, you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is

also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or indirectly from any of the following which you do or cause to occur: (a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b) alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™

Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of computers including obsolete, old, middle-aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at www.gutenberg.org.

Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at www.gutenberg.org/contact

Section 4. Information about Donations to the

Project Gutenberg Literary Archive Foundation

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit www.gutenberg.org/donate.

While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff.

Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit card donations. To donate, please visit: www.gutenberg.org/donate

Section 5. General Information About Project Gutenberg™ electronic works

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: www.gutenberg.org.

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.